

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Básica
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante
Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores

INFOPOP

CENTRO INTERDISCIPLINAR DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Coordenação do Seminário:
Ettiène Guérios
Maria Augusta Bolsanello
Vilma M. M. Barra
Altair Pivovar
Laura Ceretta Moreira

Palestrantes:
Dilvo Ilvo Ristoff
Ana Maria Petraitis Liblik

Transcrição das fitas e organização
Gloria Lucia Perine

*Coleção
Cadernos Temáticos*

Curitiba
2005



Seminário de Levantamento de Expectativas de Professores da Educação Básica sobre Avaliação de Aprendizagem (Anais)

Os textos que compõem estes cursos, não podem ser reproduzidos sem autorização dos editores

© Copyright by 2005 - EDITORA/UFPR - SEB/MEC

Universidade Federal do Paraná

Praça Santos Andrade, 50 - Centro - CEP 80060300 - Curitiba - PR - Brasil

Telefone: 55 (41) 3310-2838/Fax: (41) 3310-2759 - email: cinfop@ufpr.br

http://www.cinfop.ufpr.br

Presidente da República Federativa do Brasil

Luis Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Secretário de Educação Básica

Francisco das Chagas Fernandes

Diretora do Departamento de Políticas da Educação Infantil e Ensino

Fundamental

Jeanete Beauchamp

Coordenadora Geral de Política de Formação

Lydia Bechara

Reitor da Universidade Federal do Paraná

Carlos Augusto Moreira Júnior

Vice-Reitor da Universidade Federal do Paraná

Maria Tarcisa Silva Bega

Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Paraná

Hamilton Costa Júnior

Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Paraná

Rita de Cassia Lopes

Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná

Valdo José Cavallet

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

da Universidade Federal do Paraná

Nivaldo Rizzi

Pró-Reitor de Planejamento da Universidade Federal do Paraná

Zaki Akel Sobrinho

Pró-Reitor de Recursos Humanos da Universidade Federal do Paraná

Vilson Kachel

Diretor da Editora UFPR

Luis Gonçalves Bueno de Camargo

CINFOP

Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores

Coordenador Geral - **Valdo José Cavallet**

Coordenadora Pedagógica - **Ettiène Guérios**

Secretaria

Gloria Lucia Perine

Jorge Luiz Lipski

Nara Angela dos Anjos

Diagramação

Arvin Milanez Junior - CD-ROM

Clodomiro M. do Nascimento Jr

Everson Vieira Machado

Leonardo Bettinelli - Design - CD-ROM

Priscilla Meyer Proença - CD-ROM

Rafael Pitarch Forcadell - CD-ROM

Equipe Operacional

Neusa Rosa Nery de Lima Moro

Sandramara S. K. de Paula Soares

Silvia Teresa Sparano Reich

Revisão

Maria Simone Utida dos Santos Amadeu

Revisão de Linguagem

Cleuza Cecato

Professores, autores, pesquisadores, colaboradores

Alcione Luis Pereira Carvalho

Altair Pivovar

Ana Maria Petraitis Liblik

Andréa Barbosa Gouveia

Angelo Ricardo de Souza

Christiane Gioppo

Cleusa Maria Fuckner

Dilvo Ilvo Ristoff

Ettiène Guérios

Flávia Dias Ribeiro

Gilberto de Castro

Gloria Lucia Perine

Irapuru Haruo Flório

Jean Carlos Moreno

Joana Paulin Romanowski

José Chotguis

Laura Ceretta Moreira

Lilian Anna Wachowicz

Lucia Helena Vendrusculo Possari

Márcia Helena Mendonça

Maria Augusta Bolsanello

Maria Julia Fernandes

Mariluci Alves Maftum

Marina Isabel Mateus de Almeida

Mario de Paula Soares Filho

Mônica Ribeiro da Silva

Onilza Borges Martins

Paulo Ross

Pura Lúcia Oliver Martins

Roberto Filizola

Roberto J. Medeiros Jr.

Sandramara S. K. de Paula Soares

Serlei F. Ranzi

Sônia Fátima Schwendler

Tania T. B. Zimer

Verônica de Azevedo Mazza

Vilma M. M. Barra

Wanirley Pedroso Guelfi

Técnicos em Educação Especial

Dinéia Urbanek

Jane Sberge

Maria Augusta de Oliveira

Monica Cecília G. Granke

Sueli de Fátima Fernandez

Consultoria Pedagógica e Análise dos Materiais Didáticos em EAD

Leda Maria Rangearo Fiorentini

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS - BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Seminário de levantamento de expectativas de professores da educação básica sobre avaliação de aprendizagem (2005 : Vale do Ribeira).

Anais / 1. Seminário de Levantamento de Expectativas de Professores da Educação Básica sobre Avaliação de Aprendizagem, 22 a 26 de novembro de 2004; coordenação do Seminário: Ettiène Guérios... [et al.]; Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba : Ed. da UFPR, 2005.

48p. - (Cadernos temáticos; 1)

ISBN 85-7335-165-9

Inclui bibliografia

1. Estudantes - Avaliação. 2. Professores de ensino de primeiro grau. I. Domenico, Ettiène Guérios de. II. Universidade Federal do Paraná. Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores. III. Brasil. Secretaria de Educação Básica. IV. Título.

CDD 371.27

COLEÇÃO CADERNOS TEMÁTICOS

Caderno 1 - Seminário de Levantamento de Expectativas de Professores da Educação Básica sobre Avaliação de Aprendizagem (Anais)

Caderno 2 - Práticas e expectativas de professores relacionadas à Avaliação de Aprendizagem - Parte A

Caderno 3 - Práticas e expectativas de professores relacionadas à Avaliação de Aprendizagem - Parte B

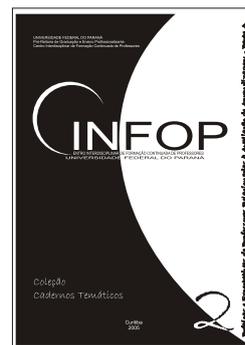
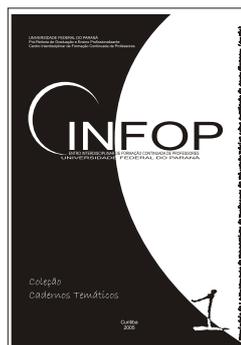
Caderno 4 - Avaliação da Aprendizagem: dito e feito?

Caderno 5 - Práticas de Avaliação de Aprendizagem realizadas por professores da Educação Básica

Caderno 6 - Avaliação da Aprendizagem em EAD

Caderno 7 - Gestão, Estrutura e Funcionamento em EAD

Caderno 8 - Avaliação em EAD



AUTORES E COLABORADORES

Altair Pivovar

Ana Maria Petraitis Liblik

Dilvo Ilvo Ristoff

Ettiène Guérios (org)

Glória Lúcia Perine

Laura Ceretta Moreira

Lilian Anna Wachowicz

Lúcia Helena Vendrusculo Possari

Maria Augusta Bolsanello

Maria Augusta de Oliveira

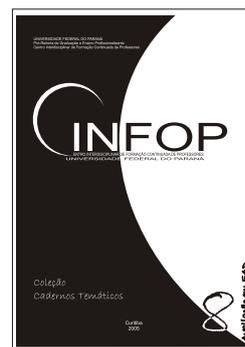
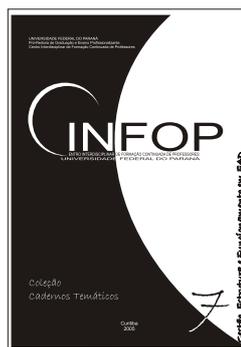
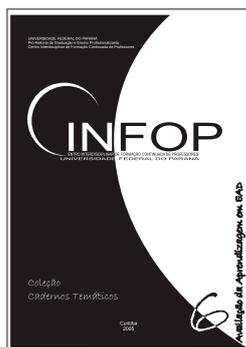
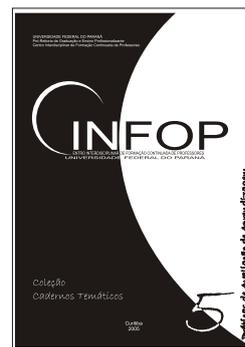
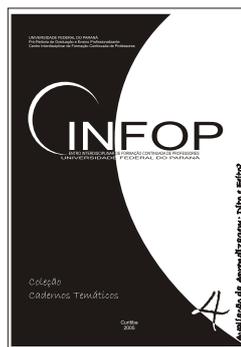
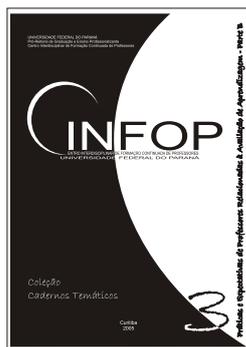
Onilza Borges Martins

Joana Paulin Romanowski

Pura Lúcia Oliver Martins

Sílvia Teresa Sparano Reich (org)

Vilma M. M. Barra



Mensagem da Coordenação

Caro(a) cursista,

Ao desejar-lhe boas-vindas, apresentamos a seguir alguns caminhos para a leitura compreensiva deste material, especialmente elaborado para os cursos do CINFOP.

Ao se apropriar dos conteúdos dos cursos, você deverá fazê-lo de maneira progressiva, com postura interativa. Você deve proceder à leitura compreensiva dos textos, ou seja, refletindo sobre as possibilidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos na sua própria realidade. Aproveite ao máximo esta oportunidade: observe os símbolos e as ilustrações, consulte as fontes complementares indicadas, elabore sínteses e esquemas, realize as atividades propostas.

Tão logo seja iniciado o seu estudo, você deve elaborar uma programação pessoal, baseada no tempo disponível. Deve estabelecer uma previsão em relação aos conteúdos a serem estudados, os prazos para realização das atividades e as datas de entrega.

A intenção dos cursos do CINFOP é a de que você construa o seu processo de aprendizagem. Porém, sabemos que tal empreendimento não depende somente de esforços individuais, mas da ação coletiva de todos os envolvidos. Contamos com as equipes de produção, de docência, de administração, contamos principalmente com você, pois sabemos que do esforço de todos nós depende o sucesso desta construção.

Bom trabalho!

A Coordenação

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
1 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA.....	3
1.1 PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO	6
1.2 O DESAFIO DA QUANTIDADE E O DESAFIO DA QUALIDADE	6
1.3 O SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR	12
1.3.1 Avaliação	13
1.3.2 Educação Superior	14
1.3.3 Princípios Norteadores	14
1.3.4 Características Básicas	16
1.3.5 Processo do SINAES	16
1.3.5.1 Avaliação institucional	16
1.3.5.2 Articulação com a regulação	18
1.3.5.3 A que atende a avaliação?.....	19
1.3.5.4 Meta-avaliação.....	19
2 A AÇÃO DOCENTE NA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM	39
REFERÊNCIAS	47

APRESENTAÇÃO

O Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores, CINFOP, está constituído na Universidade Federal do Paraná, no contexto da implantação da Rede Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação, tendo por objetivo o desenvolvimento de programas de formação continuada de professores e gestores e geração de tecnologias destinados às redes públicas de ensino na área de Gestão e Avaliação na Educação.

Com a intenção de desenvolvermos ações que venham ao encontro das expectativas dos professores em exercício, optamos por abolir o princípio da verticalidade em que a Universidade oferece seu conhecimento à comunidade. Ao contrário, decidimos que as ações deste Centro se farão acompanhar das vozes para os quais se destinam, para o que, estaremos no decorrer do período de 2004 a 2007 período previsto para a existência da Rede vinculada ao MEC - a ouvir os professores que atuam na Educação Básica.

O I Seminário de Levantamento de Expectativas sobre Avaliação de Aprendizagem ocorreu no dia 12 de novembro de 2004, tendo sido a primeira ação concreta do CINFOP. Foi estruturado em três tempos. O primeiro tempo foi destinado à abertura do evento e à palestra proferida pelo professor Dilvo Ristoff, diretor da Diretoria de Estatística de Avaliação da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Da sessão de abertura, fizeram parte o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Prof. Carlos Augusto Moreira Junior, o Pró Reitor de Graduação, Prof. Valdo José Cavallet que juntamente com a Prof.a Ettiène Guérios, também presente, coordena o CINFOP, e o Professor Dilvo Ristoff. Após a sessão de abertura, o professor Dilvo proferiu sua palestra, transcorrendo sobre a importância da avaliação em nível superior e da avaliação institucional no contexto da educação brasileira.

O segundo tempo foi destinado ao processo propriamente dito de levantamento de expectativas dos professores da Educação Básica sobre ações que desejam que sejam tratadas em ações voltadas à sua formação continuada. Para tal levantamento, responderam a um questionário aberto elaborado pelos professores Altair Pivovar, Ettiène Guérios, Laura Ceretta Moreira, Maria Augusta Bolsanello e Vilma Marcassa Barra, todos da Universidade Federal do Paraná. Este mesmo questionário foi, posteriormente, respondido por professores que atuam nas cidades de Cerro Azul, Adrianópolis, Dr. Ulysses, Itaperuçu

Tunas do Paraná, cidades estas componentes do Vale do Ribeira, região Brasileira distante e 80 quilômetros de Curitiba e que apresenta um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano. Deste modo pode-se ter um painel acerca do pensamento dos professores, visto que, estivemos frente a duas realidades extremadas: uma capital e uma região com um dos menores IDH do país. As respostas deste professores foram transcritas e organizadas por temáticas e constitui-se em fonte de dados para a compreensão das concepções destes professores acerca da avaliação de aprendizagem, e também, para que se possa desvelar o movimento existente entre as concepções que têm e as práticas que executam. É a partir desta compreensão, e, considerando as expectativas que os professores têm para a continuidade de sua formação, que o CINFOP pretende estar realizando suas ações.

O terceiro tempo foi dedicado à palestra proferida pela professora Ana Maria Petraitis Liblick, da UFPR, que explanou sobre a ação docente na avaliação da aprendizagem, focando, intencionalmente, questões operacionais do processo avaliativos e, por decorrência, de diferentes instrumentos de avaliação.

Este Seminário foi o deflagrador das ações do CINFOP, tanto para as que vislumbram os processos avaliativos em aulas das disciplinas escolares, quanto para as que focam a gestão da rede pública em seu foco de atenção. Se o professor Dilvo tem na avaliação institucional e do ensino superior os seus estudos e a professora Ana Maria foca na perspectiva didática sua temática, o CINFOP busca na relação entre as duas o epicentro da ação educativa. Ao findar este seminário, o que ficou expresso no ar foi a certeza de que a avaliação de aprendizagem, na perspectiva da didática, é a mola mestra para o alcance de melhores índices em avaliações institucionais. Sendo assim, entendemos que, focar na gestão educacional e na avaliação de aprendizagem nosso foco de ação na formação continuada de professores da Educação Básica, é o contributo que podemos oferecer com o esforço da Universidade para o alcance de uma educação mais aprimorada, no espaço profissional que nos diz respeito.

Profª Ettiène Guérios
(coordenação)

1 A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Prof. Dilvo Ristoff

Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, quero agradecer ao professor Valdo¹, à Universidade Federal do Paraná, ao Professor Moreira² e a toda a equipe³ pelo convite. Tenho uma relação já de longa data com a Universidade Federal do Paraná... bons amigos. Eu me sinto lisonjeado em estar aqui, em participar deste momento, deste processo de integração da Universidade com as escolas.

Gostaria de apenas fazer uma correção. Eu não sou diretor do INEP⁴, sou diretor da Diretoria de Estatística de Avaliação da Educação Superior do INEP. Então, fui promovido pelo Valdo e depois fui promovido pelo Reitor. Não sou presidente também. Um me promoveu a diretor e outro me promoveu a presidente. Desse jeito vou acabar ministro! Então, vou fazer a correção logo, até pra dizer que meu trabalho é um trabalho eminentemente técnico; o que me tem ocupado nos últimos dez anos agora já são doze, tem sido a questão da avaliação, em especial da avaliação da educação superior.

Toda a minha trajetória na avaliação aconteceu mais ou menos por acaso e, inclusive, começou aqui na Universidade Federal do Paraná, por estranho que pareça. Eu era, na época, presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação, quando o fórum esteve reunido aqui, na Universidade Federal do Paraná e o ministro, então ministro Murilo Hingel, colocou um desafio. O desafio era “temos que fazer a avaliação das universidades brasileiras, e eu desafio o fórum a, dentro de um mês, me apresentar uma proposta”. Em termos de planejamento, sempre, dois dias é um longo prazo. Todo mundo sabe que os governos são passageiros, então todo mundo tem muita pressa. Ele nos deu um mês. E o fórum decidiu que, um mês depois, faria uma proposta de avaliação da educação superior. Aí, saiu aquela discussão no plenário. “Todo mundo entendeu? Então, dentro de um mês vamos submeter uma proposta”? Todo mundo entendeu. Aí todo mundo vai pra casa... e esquece. Mas eu não esqueci. Fui pra casa, reuni minha equipe e disse assim “o desafio do ministro é este. Vamos fazer uma proposta?”. “Vamos”. E um mês depois havia duas propostas, em

¹Professor Valdo José Cavallet, Pró Reitor de Graduação da Universidade Federal do Paraná e coordenador do CINFOP

²Professor Carlos Augusto Moreira Jr, Reitor da Universidade Federal do Paraná em 2004, época da realização deste Seminário

³Equipe do CINFOP Centro Interdisciplinar de Formação Continuada da UFPR

⁴Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

todo o país. Uma delas era a da Universidade Federal de Santa Catarina e a outra da Federal de Pernambuco. Evidentemente, quando o fórum foi indicar o representante pra participar da comissão ministerial, indicou quem fez o dever de casa. Então, a minha entrada na questão da avaliação foi uma entrada totalmente acidental. Embora eu tenha tido uma participação como “vítima do processo”, eu tenho, durante muitos anos, sempre, considerado a questão da avaliação.

Eu estou fazendo esta introdução, apenas para dizer que considero a avaliação uma das questões mais importantes para a afirmação da qualidade e é uma pena que os envoltimentos se dêem como se deu o meu, por acaso. Hoje, nós estamos em outro patamar, temos que começar a pensar em um processo de profissionalização da área da avaliação no Brasil. A UNICAMP, recentemente, iniciou uma proposta de doutorado. Houve algumas propostas da UnB, que, há alguns anos atrás iniciou os cursos à distância, mas acho que mais e mais nós temos que profissionalizar, até para nós não sermos invadidos por outros países, porque, evidentemente, há nisto, também, toda uma questão cultural associada.

Eu gostaria iniciar as reflexões, aqui, com uma passagem que eu extraí de um livro que me impressionou profundamente que eu li há alguns anos do educador Alvin Tofler, que escreveu um livro chamado “O choque do futuro”. O livro me impressionou muito; eu extraí este trecho, a tradução é minha e vou passar pra vocês, porque diz muito bem o que me preocupa. O Alvin Tofler em “O choque do futuro”, diz o seguinte: “Toda a educação brota de alguma imagem de futuro. Se a imagem de futuro de uma sociedade estiver grosseiramente equivocada, o sistema educacional acabará por trair os seus jovens”. Imagine, diz Tofler, uma tribo indígena que, durante séculos, tem navegado no rio à porta de suas ocas, em canoas feitas de troncos de árvores. Durante todo esse tempo, a cultura e a economia da tribo dependeram da pesca, do preparo dos produtos do rio, dos alimentos colhidos do solo fertilizado pelo rio, da construção de canoas e demais instrumentos necessários. Enquanto o ritmo das mudanças tecnológicas, nesta comunidade, permanecer lento e enquanto guerras, invasões, epidemias ou desastres naturais não perturbarem o ritmo constante da vida, a tribo não terá dificuldades para formular uma imagem operacional de seu futuro, pois o amanhã apenas será uma réplica do ontem. A educação, diz Tofler, brota a partir desta imagem. Mesmo que não existam escolas na tribo, haverá um currículo, haverá um conjunto de habilidades, valores e rituais, que devem ser aprendidos. Aos meninos, será ensinado como remover as cascas das árvores e como fazer canoas de troncos, da mesma forma como fizeram os seus antepassados. O professor, neste contexto, sabe o que está fazendo,

convicto de que a tradição ou de que o passado funcionará no futuro. O que acontecerá a esta tribo, no entanto, se continuar com seus métodos tradicionais, sem saber que, setecentos quilômetros acima, está sendo construída uma represa, que secará o braço do rio no qual vive? Repentinamente, a imagem de futuro, o conjunto de pressupostos nos quais os membros da tribo baseiam o seu comportamento, torna-se enganoso. O amanhã não mais replicará o hoje. O investimento da tribo na preparação dos seus filhos, para viverem numa comunidade ribeirinha, torna-se sem sentido e torna-se um desperdício, potencialmente trágico. Uma imagem falsa de futuro destrói a relevância do esforço educacional. Tofler diz que esta é a nossa situação hoje, com uma diferença. Ironicamente, somos nós e não um bando de desconhecidos, a milhares de quilômetros, que estamos construindo a represa, que aniquilará a cultura do presente. Diz ele, “nunca, antes, qualquer cultura esteve tão sujeita a tão intenso bombardeio de mudanças, sejam elas tecnológicas, sociais e infor-psicológicas. Esta mudança se acelera e nós testemunhamos que as velhas estruturas da era industrial já não conseguem mais desempenhar as suas funções a contento. E, no entanto”, ainda com Tofler, “nossos educadores, em sua maior parte, propagam o mito de que a sociedade está destinada a se perpetuar tal qual é, indefinidamente. Como os anciãos da tribo, eles imaginam cegamente que as principais características do atual sistema se estenderão, indefinidamente, no futuro. E, assim, quando a mudança chegar, sua imagem de futuro provará estar, não apenas obsoleta, mas anti-adaptativa, pois não terá deixado lugar para possibilidades de mudança.”

No momento em que nós discutimos coisas como a reforma da educação superior e a reforma da educação como um todo, é fundamental que nós pensemos até que ponto as idéias centrais, que hoje nos orientam, as habilidades, as competências e saberes que compõem o nosso currículo, seja ele formal ou informal, serão capazes de perceber que a educação para mudança, para a permanente readaptação e melhoria da qualidade, para o diferente, estão contempladas. Na macro concepção do sistema educacional, essas questões são absolutamente fundamentais. Eu diria que, elas devem funcionar como a mosca mutuca, que é capaz de tirar o mais pesado animal da inércia, ou como queria o Thoreau, aquele americano doido, doido entre aspas, que se formou em Harvard e escreveu dois textos famosos, um chamado “Walden” e outro chamado “Desobediência Civil”. Ele diz que essas coisas devem ser como o canto do galo pela manhã, a acordar a nós e a nossos vizinhos.

Estou trazendo esta reflexão inicial, porque eu entendo que não existe avaliação que esteja desvinculada de uma concepção de política para a educação. Este é o primeiro postulado que gostaria de deixar muito claro.

A educação como um todo... quando falamos em avaliação, a avaliação tem que estar associada a uma visão de futuro, a uma visão de qualidade, a uma concepção de sistema de educação.

1.1 PRINCÍPIOS DA AVALIAÇÃO

Falarei de algumas questões que considero princípios da avaliação.

Toda educação superior, seja ela pública ou privada, tem uma missão necessariamente pública. Gostaria também de fazer esta primeira constatação. A missão é pública. Se a missão não for pública, nós temos comércio educacional, não educação propriamente dita. Nós temos provavelmente uma tendência a formar bárbaros qualificados e não necessariamente cidadãos qualificados, que é o que a educação deve buscar. Então, a questão do caráter público da educação, seja ela pública ou privada, deve permanecer.

Nossa constituição prevê, por exemplo, que a educação superior, é livre à iniciativa privada; isso é constitucional. Não é nem concessão do Estado. É livre à iniciativa privada, desde que ela esteja de acordo com padrões de qualidade, aferidos por processos avaliativos, estabelecidos pelo poder público. Mas, em princípio, é livre à iniciativa privada.

1.2 O DESAFIO DA QUANTIDADE E O DESAFIO DA QUALIDADE

Eu diria que, hoje, no Brasil, nós temos uma situação com dois grandes desafios. Um, eu diria que é o desafio da quantidade; e o outro, é o desafio da qualidade.

Por que eu digo desafio da quantidade?

Por assim dizer, nós universalizamos, hoje, no país, o acesso à educação fundamental, mas quando a gente analisa o desenvolvimento, a trajetória dos alunos da educação fundamental até o ensino médio, nós já vemos que há uma perda gigantesca.

Veja bem, pegando os números no ensino fundamental regular, nós temos 35 milhões de

alunos matriculados. Nós chegamos no ensino médio com 9 milhões. E quando nós chegamos na educação superior, segundo os dados de 2003 do INEP, nós chegamos a 3 milhões e 800 mil. Então, vejam, que os 35 milhões acabam virando 3 milhões e 800 mil! Por que nós não conseguimos levar mais gente à educação superior? Provavelmente, por causa do problema da qualidade e talvez, por causa de coisas culturais, que eu costumo chamar de crise de elitismo. Nós somos um país terrivelmente elitista, quando se trata de educação. Por que estou dizendo isto? O Brasil tem hoje, na educação superior, 9% dos alunos, na faixa etária de 18 a 24, que é quando a gente vai pra universidade. Por isso que a gente usa esta faixa etária de 18 a 24, como a faixa etária de referência, nas comparações. Nós temos 9% dos nossos alunos na educação superior. Qualquer país da América Latina, (Chile, Argentina...), todos têm em torno de 40%, que é um percentual semelhante ao dos países europeus. Quarenta por cento, pelo menos, da população, estão na faixa etária de 18. Repito, nós temos 9%. Estados Unidos, Canadá, Coréia... todos, estão muito acima de 50% das matrículas, na faixa etária apropriada. Isto colocado, nós, evidentemente, estamos num grande desafio. Vou repetir: é o desafio da quantidade, é o desafio da expansão.

Agora, existe uma coisa chamada Projeto de Estado, que está expresso na lei que criou o Plano Nacional de Educação. Este Plano Nacional de Educação, criado ainda no governo anterior e que foi adotado pelo governo Lula, ainda pelo candidato Lula, então também é plano de governo. Não é só plano de Estado, é plano de governo. Esta lei, o Plano Nacional de Educação diz que o Brasil deve chegar até 2010 com 30% de alunos matriculados na educação superior. Vou repetir, temos 9. Isto significa que teríamos que acrescentar, até o ano 2010, pelo menos mais 4 milhões e 900 mil alunos, do sistema. Hoje, nós temos 3 milhões e 800 mil. Isso parece muito. A gente olha as contas... vamos chegar, praticamente, a 11 milhões de estudantes, na educação superior.

Eu preferia estar discutindo com vocês com os números projetados, mas aí eu vou fugir um pouco, seria outra discussão. Só estou usando aqui como preâmbulo, só para dizer dos dois grandes desafios. Primeiro, é o desafio da quantidade, que está associado ao desafio da inclusão e do fim da exclusão. Este desafio da quantidade que nós temos, está associado à trajetória dos alunos, que vai desde a educação fundamental, passando pelo ensino médio, até a educação superior. Nós precisamos que mais destes 35 milhões de alunos, que estão na educação fundamental, consigam chegar à educação média e que eles consigam chegar também à educação superior, porque isto significa liberar as energias criativas da nação. Porque a educação do outro é boa para todos nós. Pode ser até a coisa mais supérflua, pode

ser até cosmetologia, mas é bom que o sujeito que vai mexer na cabeça de alguém, saiba de química de cabelo. É melhor do que se ele não soubesse, evita muito desastre. Estou tentando pegar o mais supérfluo, para não dizer das outras coisas, que são extremamente importantes. A educação do outro é boa para o próprio indivíduo, é boa para os outros com quem ele se relaciona, é boa para o Estado, é boa para garantir a soberania nacional. Então, retomando Tofler, se nós não quisermos sacrificar o sonho de milhões de jovens, nós temos que trabalhar nesta trajetória de inclusão de multidões.

Quais são as dificuldades, para que se possa fazer esta inclusão? Elas são muitas. A primeira dificuldade é que estamos num país com pouca capacidade de investimento público. Até porque, nós trabalhamos de janeiro a julho, para pagar a dívida pública, uma dívida pública acumulada durante muitos anos. Essa é a primeira dificuldade.

A outra dificuldade, especialmente na educação superior, é que ela é 90% privada. Pouca gente se deu conta disto. Para ser mais exato, 89,1% das instituições de educação superior são privadas. Nós vivemos também num país onde a educação superior é a mais privatizada do planeta. Há poucos dias nós perdíamos para dois países. Agora, pelos meus cálculos, nós já ultrapassamos. Então, nós estamos com a educação superior mais privatizada do planeta. Vejam que isso não é uma questão irrelevante, porque, se nós olharmos os números, nós vamos perceber que a principal oportunidade de acesso do aluno trabalhador à educação superior é no ensino superior privado noturno. A educação superior brasileira é majoritariamente noturna e no setor privado ela chega a quase 80%, no noturno. Então, veja bem, que é uma democratização perversa que nós criamos no país, que diz que a principal opção, para aquele que tem dificuldade de pagar, está no setor privado e à noite. O sujeito tem que trabalhar durante o dia, para poder pagar o estudo, porque o setor privado é pago. Como é que a gente faz inclusão, neste sentido? Então, não surpreende, por exemplo, que a principal dificuldade seja o próprio esgotamento relativo do setor privado. Por que eu digo esgotamento relativo? Porque nós percebemos hoje, por exemplo, que 30% dos alunos já estão inadimplentes, no setor privado. Eles não conseguem pagar as suas mensalidades, no noturno. Nós notamos, por exemplo, que 42% das vagas oferecidas, no ensino superior noturno, estão ociosas, não são ocupadas. Daí, você pergunta “mas como é que pode ficar vaga ociosa, se tanta gente quer estudar?”. Ficam ociosas, podem ficar, por várias razões. Uma, pode ser simplesmente excesso de oferta de certos cursos, em certos lugares, enquanto faltam em outros... aí você oferece outro curso de direito, onde tem clientela pra três, aí sobram vagas. Isto é uma das explicações; a outra, é financeira! O sujeito diz “eu

gostaria de fazer este curso, mas não vou fazer porque não tenho dinheiro, então eu não faço”. Acaba desistindo. A vaga fica ociosa. E assim por diante. Mas você pode também ver uma outra razão, que tem a ver com o próprio comércio. O comércio educacional se instalou e precisa ser administrado neste país. Por exemplo, perceber que muitas destas vagas ociosas, 42% delas são do setor privado... 42% das vagas do setor privado, são 700 mil vagas, que estão ociosas, porque você acaba, neste comércio educacional, criando vagas para impedir que outros possam ocupar espaço. Então, você oferece, antes que outra escola se instale, que você já está dominando o campo. Assim, tem uma espécie de ocupação de território, implícita. Agora, também há uma outra questão. A vaga também fica ociosa porque muitos indivíduos perceberam que certos cursos não valem o dinheiro que cobram, simplesmente isso, é uma questão de qualidade. Eles olham pro curso e dizem “esse não vale o dinheiro que cobra”. Então ele faz a sua avaliação e diz “não vou pagar”.

Mas a grande dificuldade não está nisto que eu falei até agora. A grande dificuldade, se eu entendo bem os números da educação superior brasileira, a grande dificuldade está no fato de que, entre os 35 milhões, que hoje estão na educação fundamental, há muita gente pobre... e que vai chegar ao ensino médio, vai bater às portas da universidade e vai exigir, com todo o direito, o seu espaço na educação superior. E nós não podemos negar este direito a essas pessoas. Os dados do IBGE dizem que, entre os 9 milhões que hoje estão no ensino médio e que vão chegar à universidade nos próximos três anos, 25% deles isso dá 2 milhões e 500 mil, por aí são tão pobres, que vão ter dificuldade em se manter na educação superior, mesmo que ela seja pública e gratuita, ou seja, mesmo que a gente ofereça acesso, mesmo que a gente ofereça vagas. Estas pessoas são tão pobres, que vão ter dificuldades. Então, esta é a primeira constatação: nós temos que pensar não só em acesso à educação superior, mas também temos que pensar em permanência. Isso significa criar bolsas de trabalho, bolsas de monitoria, bolsas de pesquisa, bolsas de estágio, restaurante universitário subsidiado... e coisas do gênero, as quais permitam que estas pessoas permaneçam, sob pena de nós termos legiões de excluídos e sob pena de cometermos o pior crime que se pode cometer, que é desperdiçar cérebros e forçá-los a encerrarem a sua educação no ensino médio. Nós não temos este direito.

Agora, um outro dado interessante do IBGE diz que, a renda familiar média destes nove milhões que estão no ensino médio e vão chegar às portas da universidade nos próximos três anos, é 2,3 vezes menor do que a renda familiar dos alunos que, hoje, estão na educação superior. Esse é um dado muito interessante, porque diz que a renda familiar média de quem

está na universidade, hoje, é cerca de três mil e duzentos reais, mais ou menos. A renda familiar média, de quem está chegando aí, é de um pouco mais de mil reais. Veja bem, por isso é que estou dizendo, 2,3 vezes menor. Na ponta do lápis, eu fiz o cálculo, não sei exatamente os números agora, mas é aproximadamente isso. Uma relação de 3 mil reais para quem está e em torno de 1000 pra quem está no ensino médio e vai procurar universidade. Então, estas questões têm que ser resolvidas.

Agora gostaria de dizer mais uma coisa. O Plano Nacional de Educação, então, prevê uma matrícula de 30% dos jovens, de 18 a 24 anos, na educação superior, até 2010. O plano de governo do Lula, baseado também no Plano Nacional de Educação, prevê que as matrículas, que nós vamos ter em 2010, devem ser 40% nas universidades ou nas instituições eu faço esta distinção nas instituições de educação superior públicas. Ou seja, dos 3 milhões, por exemplo, que estão hoje matriculados, estes 40% deveriam estar nas públicas, se as metas já tivessem sendo atingidas. Então, vamos chegar a cerca de 11 milhões no final da década; 40% destes deveriam estar matriculados na escola pública.

Como é que a gente faz para alcançar uma meta destas com estas dificuldades, que eu aponte e com o crescimento inercial, que está instalado? O que eu chamo de crescimento inercial? Crescimento inercial é o crescimento que acontece à revelia do Ministério da Educação, de certa forma. Por exemplo, os centros universitários têm autonomia para criarem cursos. Eles criam cursos, têm autonomia... as universidades privadas também têm autonomia, as públicas também. Existe uma força instalada, por exemplo, que faz com que o crescimento das instituições privadas, nos últimos cinco anos, seja, em média, de 13% ao ano. No ano passado, foram criados 5,6 cursos novos por dia. Só que, com a autorização do Ministério, só foram criados 1 a cada 3 dias, todos os outros foram criados em ambientes de total autonomia, e os quais o Ministério só vai poder depois avaliar, só avaliar, não autorizar o funcionamento. Então, é extremamente importante que a gente perceba isso, porque a avaliação entra justamente por aí.

O primeiro grande desafio, com o qual o país se depara hoje, é o desafio da expansão, é o desafio da inclusão. Nós temos que expandir... os nossos números são vergonhosos, nas comparações internacionais. Mas, principalmente, estamos decretando o fim da educação de milhões de jovens, ao final do ensino médio. Eu diria mais, estamos decretando o fim da educação deles, em grande parte, já no final do ensino fundamental. Isto é ruim para o indivíduo e é ruim para o país. Por isso que nós temos que trabalhar nesta direção.

Vejam os números dos quais eu estava falando: o ensino fundamental, com 35 milhões de alunos matriculados, o ensino médio, com 9 milhões e o ensino superior, com 3 milhões e 800. Vejam a pressão que, nos próximos anos, esse grupo, que está nos 35 milhões, vai exercer sobre a educação média. E, se nós conseguirmos melhorar a qualidade e fazer com que as pessoas entendam a importância de continuar estudando, a pressão que isso vai exercer sobre a educação superior e a quantidade de energia criativa, que isso vai liberar pro país! Aí sim, nós temos todas as garantias para buscar o avanço da arte, da ciência, e colocá-las a serviço da melhoria da qualidade da vida e da soberania nacional. Essas coisas não são discursos. Essas coisas são coisas que têm uma implicação concreta, com a simples observação desses números.

O desafio da expansão, aqui repetindo:

- a) a primeira meta é matricular 30% da população na faixa etária apropriada até 2010, o que significa mais quatro milhões e novecentos mil estudantes;
- b) a segunda meta é que deve ser 40% das matrículas nas públicas, hoje é 30.

E as dificuldades, a saber:

- a) o gradual esgotamento do setor privado;
- b) a maior dificuldade financeira da próxima geração de estudantes;
- c) e a pequena capacidade de investimento público,

Estas três, são, principalmente, as grandes dificuldades.

Outro desafio é o Desafio da Qualidade, o que eu chamo de desafio da qualidade, a garantia da qualidade. E aí, nós temos como desafio:

- a) reestruturar os sistemas de avaliação e credenciamento,
- b) melhorar os instrumentos de avaliação,
- c) otimizar o Censo e a interpretação dos dados o Censo da Educação,
- d) e empoderar as instituições, para melhorar as atividades acadêmicas e administrativas.

São os grandes desafios.

Então, agora, eu gostaria de falar rapidamente sobre o que nós fizemos para a educação superior neste último ano, porque eu entendo que, muitas dessas questões, têm uma implicação direta sobre o que pode ser feito ao nível de instituições, desde que a gente tenha uma compreensão diferenciada da avaliação.

Muitos dos dados do Censo, por exemplo, levam as pessoas a pensar na questão da evasão... que nós temos uma grande perda no país...eu devo dizer que uma das coisas que preocupa menos é esta. Eu acho que há uma leitura bastante equivocada da questão da evasão no país. Normalmente, a gente pega os números e diz assim: “entraram 100, saíram 60, logo nós tivemos 40% de perda”. Na educação superior, pelo menos, que eu estudo com mais atenção, percebo que grande parte disso aí não é exatamente perda, é mobilidade dos indivíduos, que se deslocam de curso a curso. Inclusive, houve um estudo do CEFET, aqui do Paraná, há uns anos atrás, que mostrava que 40% dos seus alunos tinham se deslocado pra outros cursos. Na minha história pessoal, isso também é verdade. Há uns anos atrás, a título de brincadeira, perguntei pros pró-reitores de graduação “quantos daqui que se evadiram?” Aí, para minha surpresa, mais da metade levantou o braço. Quase todo mundo era evadido de algum curso. Aliás, ontem, encontrei no aeroporto uma ex-aluna minha, que é oficial do exército... mas ela é aluna minha de quê? Aluna minha da área de Letras. Aí eu disse: “Poxa, você se evadiu depois, eu me evadi antes. Porque minha mãe queria que eu fosse advogado e, para fazer a sua vontade, durante dois anos, fui pra Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fazer Direito”. Mas sempre detestei aquele teatro! Desculpem os advogados que estiverem no plenário, nada contra eles. Eu não gostava! Quer dizer, era até um bom aluno, mas o momento histórico... todas as condições tenho que colocar isto no âmbito, na era da ditadura, também pra mim era muito difícil! Então, depois de dois anos, eu decidi trocar o teatro do Direito pelo teatro das Letras. Achei que ler Sheakspeare era mais interessante do que ouvir os advogados, que normalmente aqueles guris que recém tinham esquentado a cadeira no Direito, quando falavam com você, parecia que havia trinta atrás de você, parecia que estavam falando num plenário. Eu me evadi do Direito, fui pras Letras e decidi que, se fosse preciso, ia viver de sapato furado e meias cerzidas. Não teria problema nenhum. Mas não queria fazer Direito, naquela altura da minha vida. Terminei o meu curso de Letras e fui, como todos os que se formam professores, procurar emprego. Descobri aqueles salários “maravilhosos”, “altíssimos”, que eram oferecidos e aí, voltei correndo pro Direito, porque achei que minha mãe tinha razão.

Passo para estudos avançados...

1.3 O SINAES - SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

- envolve todas as IES do país.
- valoriza o regime de colaboração entre Sistema Federal e sistemas estaduais.

- combina aspectos gerais com respeito à identidade e à diversidade institucionais.

Nós não podemos tratá-los como uma faculdade isolada, que só faz ensino de graduação. Fazem um trabalho importante, mas é um trabalho diferenciado. Então, esta é a idéia - a diversidade do sistema.

1.3.1 Avaliação

Nós usamos o conceito de avaliação, com esse sentido:

- a) Primeiro, com uma idéia de que é uma atividade complexa, que envolve muitos agentes, instrumentos, momentos... Não é só um instrumento, são vários. Não é só um momento: tem o momento da auto-avaliação, tem o momento da avaliação externa. E tem diferentes agentes.
- b) E é um processo sistemático de identificação de mérito e valor.

Esta é a definição de avaliação. Ela é clássica, não foi inventada, mas ela é extremamente importante, quando se fala em educação superior, especialmente. Porque mérito é o valor intrínseco da disciplina, é a contribuição que ela dá para o avanço do conhecimento; e valor é a importância que a gente dá, num determinado contexto social. Por exemplo, o Prêmio Nobel de Física de 1999 foi um sujeito chamado Gerardus't Hooft, da Holanda. Quando ele foi receber o prêmio, a jornalista veio e lhe perguntou: "Dr. Hooft, para que serve o que o senhor descobriu?". Daí, ele coçou a cabeça, pensou e disse: "Que eu saiba não serve pra nada". Esse sujeito ganhou o mais alto prêmio que pode ser concedido a um cientista, o mais alto prêmio! Só que ele trabalhou com partículas elétricas fracas na Física. Entenderam? Não? Eu também não. Então, para quem está preocupado com o utilitário e o imediato, ele deu a resposta certa. Não serve pra nada, mas é uma grande contribuição para o avanço do conhecimento.

O professor Günter Blobel ganhou o prêmio Nobel de Medicina. Só que este Günter Blobel levou 30 anos trabalhando com os sinais intrínsecos das proteínas. Pergunto: quantas empresas vão investir num sujeito com tanta falta de pressa? Nenhuma, ou tem que ter uma visão de futuro fantástica.

Agora, o papel das universidades de verdade, universidades com U maiúsculo, é exatamente este. É não só se preocupar com o presente e o que existe, mas também pensar o futuro e o

que ainda não existe. Este é o papel das universidades de verdade. Isto não é uma tarefa simples. Não é tarefa de uma faculdade isolada, que está preocupada só com garantir o ensino de graduação. Então, a idéia tem a sua importância, mas é uma importância diferente. Então, mérito e valor não são palavras vazias no contexto.

1.3.2 Educação Superior

Nós usamos o termo educação, porque entendemos que ele é mais do que ensino, por isso que, inclusive, lá no nosso ENADE, nós temos dez questões de formação geral, de ética, de cidadania. Transcende o desempenho e rendimento, buscando os significados mais amplos da formação. Sempre a idéia da formação, porque nós não queremos formar bárbaros altamente qualificados, nós queremos cidadãos altamente qualificados. Nós não queremos engenheiros que produzam prédios que caiam e depois não têm o menor escrúpulo, inclusive, pra vir a público dizer, ou deixar expresso, que não se preocuparam com a qualidade do material; por exemplo, os juizes que se locupletam, que poderiam estar cuidando da justiça; ou administradores que usam a informação privilegiada pra obter vantagens. As universidades têm produzido bárbaros altamente qualificados, em grande quantidade. É importante, também, que nós consigamos refletir sobre os valores que nos sustentam enquanto sociedade democrática. Isto tem que fazer parte também da nossa formação!

1.3.3 Princípios Norteadores

- O primeiro, **Responsabilidade Social** com Qualidade. A qualidade é fundamental. Então, se é livre a iniciativa privada, é livre desde que se respeite padrões de qualidade. O poder público tem obrigação de trabalhar nesta questão.
- **Reconhecimento à Diversidade do Sistema**, da qual já falei.
- **Respeito à Identidade das Instituições**, à história das instituições.
- **Globalidade**, que quero enfatizar um pouco, para que a gente não faça como aquele cidadão grego...

Havia um cidadão, na Grécia Antiga, que queria vender a sua casa. Ele caminhava pela cidade quem conta isso é o Samuel Johnson ele caminhava pela cidade com um tijolo. Ele achava que o tijolo era a amostra da casa. Ela só dizia que a casa era feita de tijolos, evidentemente, mas não dizia mais nada. Ela não dizia da posição em relação ao Sol,

onde ela estava localizada, quantos cômodos tinha, não dizia se era bonita, confortável... todas aquelas coisas que de fato nos interessam. Então, não dá pra vender a casa pelo tijolo. Não dá pra vender uma instituição, por apenas um aspecto daquela instituição. Então, nós temos que pensar que, se é uma instituição de ensino, pesquisa e extensão, nós temos que avaliar o ensino, a pesquisa, a extensão, a administração, a gestão, a democracia interna, as suas políticas para contratação de pessoas, o regime de trabalho... e um conjunto de questões que são bem mais amplas.

- **Continuidade**, porque a avaliação tem que fazer parte da atividade do dia-a-dia. Ela não é uma coisa que acontece de vez em quando. Tem que ser parte das atividades diuturnas.

- **Compromisso Formativo** quero enfatizar um pouco isto. Que quer dizer isto?

O professor Michel Screen, que é um dos teóricos da área da avaliação, faz uma distinção entre avaliação **formativa** e **somativa**, que eu acho que é a mais clara de todas as que eu conheço. Ele diz que “a avaliação é formativa quando a cozinheira prova a sopa”; “a avaliação é somativa quando os hóspedes a provam”. Quando a cozinheira prova a sopa, se falta sal, ela não joga a sopa fora, pega a colherinha e acrescenta sal e aí prova de novo! Ela faz os testes, faz a avaliação e vê, pelo sabor, se falta mais sal. “Ah! Falta mais sal? Não, não joga fora!” Pega a colherinha e acrescenta mais sal; e o mesmo com a pimenta; e assim por diante, até construir a sopa que ela quer afirmar. Daí sim, pode servir aos hóspedes. Mas, o que isto quer dizer? Ela interfere no processo. A avaliação formativa permite que a gente interfira nos processos, ela não trabalha com o produto finalizado. Isto, no nosso dia-a-dia, significa dizer que o ideal é nós podermos trabalhar as dificuldades dos nossos alunos, por exemplo, pra ver como nós podemos fazer, para que ele faça a caminhada até a aprendizagem. Muitas vezes, nós simplesmente descartamos os nossos alunos na primeira dificuldade que eles têm. “Ah! Você ainda não sabe regra de três? Poxa, seu idiota...”. A gente tem que ajudá-lo a fazer essa caminhada. Esta é a tarefa: poder interferir no processo. Não adianta fazer o teste no final e ele não sabe regra de três.

- **Publicidade**, porque a avaliação tem que ter seus resultados todos conhecidos.

1.3.4 Características Básicas

- **Participação**, nós construímos uma coisa chamada avaliação participativa, que eu chamo de avaliação participativa para uma universidade cidadã. Por isso que a lei criou, em todas as universidades, uma coisa chamada Comissões Próprias de Avaliação [CPA], que vão fazer avaliação orientada, uma avaliação em cima de um conjunto de dimensões estabelecidas em lei, mas que podem ser muitas outras. Aquelas são as básicas, aquelas são as que o Estado está afirmando, que está exigindo. Agora, as instituições podem, evidentemente, incluir outras, à vontade. A participação vem, basicamente, através das Comissões Próprias de Avaliação, que têm como representantes os professores, os servidores, os alunos e [representantes] da sociedade civil.
- **Integração**, que já falei, dos instrumentos e dos momentos.
- **Rigor**, se é uma atividade sistemática, então, ela tem que seguir certas regras. Ou seja, ela não é caprichosa, um dia de um jeito, no outro dia de outro. Ela segue uma certa metodologia, que garante a confiabilidade.
- E a **Institucionalidade**, tem que ter um compromisso da instituição, da escola, da universidade, com esse processo.

1.3.5 Processos do SINAES

1.3.5.1 Avaliação institucional

Eu só vou mostrar o geral, aqui, como funciona a avaliação institucional, no âmbito dos SINAES.

A avaliação institucional tem dois momentos. Os dois são integrados. O primeiro é de auto-avaliação e o segundo é de avaliação externa. Os dois estão amarrados entre si. Eles fazem parte do mesmo todo. Obedecem ao mesmo conjunto de dimensões. Então, não são coisas independentes, estão amarradas entre si, articuladas entre si. A auto-avaliação gera um auto-estudo, que vai ser submetido a uma comissão de avaliação externa, que então, faz um parecer de avaliação externa, depois encaminha isto para uma comissão nacional, a qual então, divulga os resultados, num perfil da instituição.

Esta é, basicamente, a estrutura. Eu sei que ela não é de interesse muito específico de todo

mundo aqui, mas eu acho que é importante que vocês vejam e pensem, especialmente, na idéia da auto-avaliação como uma possibilidade, muito concreta, de interferir nos processos. Quem quiser conhecer isto mais diretamente, e talvez pensar isso nas suas escolas, pode entrar em contato com o INEP, pra conseguir, inclusive, o roteiro de auto-avaliação, como ele está construído. Tudo isto está disponível.

Mais algumas questões, só pra que vocês não saiam daqui sem conhecer as grandes linhas do sistema, os **principais instrumentos**. Então...

- a) **a auto-avaliação orientada;**
- b) **a avaliação da instituição;**
- c) a Avaliação dos Cursos de Graduação; e,
- d) o que nós chamamos de **ENADE**, que é o Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes, e é o substituto do provão.

O que está em negrito são coisas novas... e o que está em branco é o instrumento que já existe e que nós gostaríamos de manter, com adaptações.

O que eu gostaria de dizer é que nós temos, aqui, três olhares, basicamente. Quando a gente fala em avaliação da instituição, a gente está olhando para o edifício. Quando a gente fala em avaliação de curso, a gente está olhando para o apartamento. Quando a gente olha para o exame de desempenho do estudante, está olhando para o morador. São três olhares distintos. É importante perceber isto. Então, ele olha pra coisas diferentes. Quando a gente olha pro edifício, a gente não vê o apartamento. Então, é preciso o olhar diferente, para ir até o apartamento. Ou seja, quando a gente olha pra instituição e suas políticas macro, não vê, necessariamente, os cursos, até pode ter indícios de como vai ser. Se a gente vê o prédio bonito, a gente imagina que, lá dentro, há apartamentos belíssimos, mas é importante que a gente vá pros apartamentos também, pra perceber.

Além disto, nós temos os instrumentos de informação, que são:

- a) o **Censo da Educação Superior**, que eu dei trailer pra vocês;
- b) o **Cadastro das Instituições e Cursos**, que muda todo dia, atualizado a cada ato do Ministro da Educação;
- c) os **Sistemas de Registro da CAPES**, da Secretaria de Educação Tecnológica e de outros [órgãos]; e,
- d) temos o **Questionário aos Alunos e Coordenadores**, que é aplicado anualmente,

junto com o ENADE,
e) e os **Planos de Desenvolvimento Institucional**.

Sobre o ENADE, rapidamente gostaria de dizer algumas coisas. Eu sei que deve estar interessando. Aplicamos o primeiro ENADE agora, há poucos dias. Vocês acompanharam pela imprensa. Gostaria de dizer que as provas todas estão disponíveis na rede, com os respectivos gabaritos, na página do INEP, fácil de acessar, não tem problema. Eu gostaria de dizer, basicamente, que ela é uma prova de quarenta questões, dez questões comuns a todas as áreas são estas questões de formação geral, de ética, de cidadania e trinta questões da área específica. Mas ela não está centrada no perfil do concluinte. Ela está centrada no perfil do curso. Então, ela tem questões do início do curso, do meio do curso e do fim do curso questões fáceis, médias e difíceis. Por isso que a prova é única, para ingressantes e concluintes. Mesmo quem só fez o primeiro ano, já pode responder muitas das perguntas. Se ele entrou com nível bom, pode responder algumas do meio. Agora, se ele entrou numa universidade altamente competitiva, provavelmente ele vai, como ingressante, responder mais, até, do que alguns concluintes de outras. Até pra isso, o exame vai ser muito interessante, pra ver o desempenho, onde entram, de fato, os alunos que já entram bem qualificados, no próprio ingresso.

1.3.5.2 Articulação com a regulação

A avaliação tem implicação em todo processo regulatório. Não há mais autorização, reconhecimento de curso, renovação de reconhecimento ou credenciamento de instituição, sem a avaliação no âmbito do SINAES. Isso deixa de existir. Todas as autorizações passam a ser parte do âmbito do SINAES. Por isso que está escrito ali “o parecer conclusivo é vinculativo”. Para ele ser rejeitado, tem de ter, evidentemente, uma função muito grande. Mas, isto aqui é dimensão somativa, que eu falava antes da avaliação.

Então, a avaliação tem duas dimensões. Enquanto as instituições fazem sua auto-avaliação, em todo processo, elas estão interferindo no processo. Enquanto elas usam o ENADE pra rever seus currículos, pra trabalhar com os seus alunos na aprendizagem, nós temos a avaliação formativa. No momento em que entra o Ministério, aí ela se torna somativa. É que o Estado não pode abdicar de seu direito de dizer “olha, há certos padrões mínimos, dos quais o Estado não pode abrir mão”, isto é parte da sua responsabilidade com a sociedade. Se a instituição não assume este mínimo, ela corre o risco de ser fechada. Mas o objetivo primeiro

não é fechar. Ao contrário, é melhorar, porque fechar é ruim pra sociedade. O ideal é que a instituição melhore.

1.3.5.3 A quem atende a avaliação?

Isto aqui é importante.

Em primeiro lugar, ela deve atender...

- a) **as próprias instituições**, no desenvolvimento do que eu chamo de auto-consciência institucional. Ela toma auto-consciência dos problemas: ela identifica os pontos fortes e fracos, ela identifica suas potencialidades; em cima disto, ela trabalha os seus planos, metas e trajetórias.
- b) **o Governo** - mas ela também interessa ao governo. O governo, legitimamente eleito, também tem planos de desenvolvimento. Então, interessa para as políticas públicas, para que estes planos de desenvolvimento possam ser atingidos.
- c) **os Alunos** - e, claro, interessa aos alunos.
- d) **os Futuros Alunos** - para que eles saibam a qualidade das instituições.
- e) **a sociedade** - e o mesmo vale para a sociedade.

Então, a educação tem muitos interesses e a gente tem que ter sempre em conta isso. A avaliação não é feita por ser feita. Ela é feita porque há interesses envolvidos. Se as pessoas querem qualidade, é porque elas têm interesse nesta questão.

1.3.5.4 Meta- avaliação

É importante que a avaliação, em algum momento, também seja avaliada. Nós chamamos isto de **meta-avaliação**. A avaliação deve ser avaliada e a nossa proposta dentro do SINAES é que ela vai ser avaliada, de tempos em tempos, através de Seminários, que falem da:

- a) **utilidade desta avaliação** - se esta avaliação é útil, para orientar as políticas acadêmicas internas, as políticas do governo, as políticas públicas.
- b) **exatidão** - se ela é exata, ou seja, se ela produz dados confiáveis, porque não existe nada pior, do que a gente fazer inferências e juízos, em cima de dados que são incorretos.
- c) **viabilidade** - e pra ver se ela é viável, ou seja, se ela é prudente, se ela é econômica, se a gente não está gastando mais do que deveria, do dinheiro público, pra poder fazer

esta avaliação.

e) **propriedade dos Métodos e Instrumentos Utilizados** - E finalmente, se ela é justa, se os métodos utilizados são apropriados pra avaliar o que está sendo avaliado.

Então, esta é a questão que eu queria, basicamente, destacar.

Gostaria de concluir dizendo o seguinte: existem dois princípios básicos dentro da Educação Superior. Primeiro, qualquer coisa em avaliação pode ser negociada, menos que ela esteja baseada em dados. Isso não é negociável. Ela tem que estar baseada em dados. Daí que vem a famosa história, a história do Paraíso, que é contada pelo educador Michel Apple. Ele disse que a avaliação já começou com a própria história do Paraíso. Como assim, já começou com a história do Paraíso? A história do Paraíso é mais ou menos a seguinte. No princípio, Deus criou os céus e a terra. Ao concluir a sua obra, Ele observou “vejam como é bom o que eu fiz!”. Daí, o seu Arcanjo veio e lhe disse “Senhor, como sabe se o que criou é bom? Em que dados o senhor baseia o seu juízo? Quais são os seus critérios? O que, exatamente, o senhor estava esperando, quando criou o mundo? O senhor, por acaso, não está envolvido demais com o seu objeto de criação, para fazer o juízo desinteressado?”. Deus pensou, pensou e teve um sono bastante intranquilo, durante toda a noite. No dia seguinte, que deve ter sido o sétimo, ele chamou o seu Arcanjo e disse “Ô, Lúcifer, vá pro inferno!”. E assim, nasceu, coroada de glória, a avaliação. Então, todos os que resolverem se envolver neste negócio, cuidado! Mas o importante é que, depois disto, tenho certeza que, se alguém vier dizer pra vocês: “Vejam como é bom o meu curso, vejam como é boa a minha escola, a minha instituição!... Você vai querer saber: “Quais são os seus critérios, em que dados baseia o seu juízo, o que você estava esperando exatamente, qual é o seu distanciamento daquilo que você está avaliando”.

Bom, eu paro por aqui e abro para algumas perguntas. Obrigado!

(Palmas).

PROFESSORA ETTIÈNE⁵:

Antes de abrir para as perguntas, eu quero fazer um pequeno comentário, se você me permite. Primeiramente, dizer que, aparentemente, para você, a temática pode não ser de

⁵ Professora Ettiène Guérios, coordenadora adjunta e pedagógica do CINFOP.

interesse de todos. Mas, justamente pelo que você nos trouxe, ou seja, a idéia de sistema, a idéia de colaboração, a idéia de identidade e de diversidade, sua palestra nos é interessante e pertinente. Principalmente pela idéia de sistema, ela nos é absolutamente pertinente a todos, sim! Porque cada um, no seu espaço, faz parte de um sistema, espaço este que vai se refletir e estar refletido no sistema de avaliação institucional.

Uma outra questão que pontuo é a seguinte: estou me sentindo aqui, nesta mesa, como se estivesse *colocando sal no meu dia-a-dia*. Porque? Porque dentro de uma perspectiva de desenvolvimento profissional como ação contínua, numa perspectiva de evolução e conseqüente transformação permanente, é claro que estou colocando sal no meu dia-a-dia. E creio que, cada um de nós aqui presente, também está colocando sal no seu dia-a-dia, visto que cada um - isso vindo lá da nossa criança pequena, considerando a educação básica e a educação superior - cada um de nós é ingressante e concluinte ao mesmo tempo. Por que? Porque a nossa criança ingressa no seu primeiro ano escolar, e ao terminar cada fase de escolarização, é concluinte; mas, imediatamente, dentro desta concepção de evolução permanente, ela é ingressante. Assim sendo, colocamos hoje sal no nosso dia-a-dia, aprendendo um pouco mais, nos colocando a nós mesmos - dentro da malha complexa que você nos traz. Parece-me ser bastante pertinente esta relação, pois.

Um outro comentário que faço é que gostei muito da sua expressão sobre o amanhã. Não só a questão do choque de futuro, mas particularmente a questão da relação que você fez entre o amanhã e o ontem, dizendo que o amanhã não pode ser o ontem. Para o amanhã não ser o ontem o que significa o ontem repetido está a nossa responsabilidade, como educadores que somos, entendendo que o educador transcende a função do professor, para que este amanhã possa não ser a repetição do ontem, mas possa ser um ontem transformado.

Vamos levar em consideração a experiência de cada um, o dia-a-dia de cada um. Vamos, também, levar em consideração sua afirmação de que cada circunstância da vida é aproveitável, é base e faz parte do sistema de vida da própria pessoa. Mesmo assim, se está incluído num sistema maior. Vamos levar em consideração, também, a sua afirmação de que toda avaliação tem uma missão pública e a concebemos a avaliação - avaliação na perspectiva do desafio entre qualidade e quantidade. Associando estes fatores entre si, parece-me que você nos “coloca” num sistema interrelacionado, onde a avaliação de aprendizagem, ou seja, aquilo que cada um de nós faz no seu dia-a-dia como professor, vai estar subsidiando o fazer pedagógico de cada um, no momento em que a avaliação possa ser

considerada como o próprio momento de auto-avaliação do professor, ao estar se revendo, pelo resultado que obtém, em cada etapa de ação docente que está tendo. Então, este Centro (o CINFOP) no momento em que pensou, considerou e propôs ao MEC a avaliação de aprendizagem na perspectiva da ação didática como uma de suas linhas de ação⁶, ou seja, a avaliação de aprendizagem como elemento de estudo, como um momento para se pensar e se trabalhar com o professor, em algo que lhe é importante e nevrálgico... Até porque, você também falou na profissionalização da área de avaliação. Você falou na avaliação institucional, eu estou falando na avaliação de aprendizagem... Lhe é nevrálgico por não ser tratada de modo específico e nuclear. Tanto não é que basta levarmos em conta o fato de que nos cursos de formação de professores, nós não temos a formação específica para avaliação de aprendizagem. Temos a avaliação de aprendizagem, apenas rapidamente, dentro do contexto de algumas disciplinas, mas não com caráter específico, com um estatuto próprio de formação profissional. Então, o que você nos trouxe nos é, sim, absolutamente importante, interessante, porque nos coloca numa perspectiva de amanhã, visto que o nosso aluno é este aluno que vai chegar à universidade, ou vai chegar ao momento que a vida se lhe definir como própria. O que você apresenta, nos possibilita, ainda, fazer a relação entre a avaliação de aprendizagem, como momento propício para revisão metodológica e didática de cada um, com vistas a obtenção de bons resultados. Quem sabe num futuro próximo consigamos melhores colocações nos rankings institucionais, numa visão mais planetária e maior, do que o momento de cada um. Enfatizando, é a avaliação dentro da sala de aula de cada um, sendo realizada em seus momentos didáticos, propiciando o alcance de melhores colocações para a educação brasileira. Esta foi a abordagem que eu quis fazer.

Perguntas.

PROFESSORA SILEIDE: Bom dia, foi um prazer ouvi-lo, Professor! Gostaria de esclarecimentos, da sua parte, quanto à questão “instrumentos de avaliação”, no momento em que nós podemos conceber a avaliação não como um processo... (fala inaudível)..., mas para construir o conhecimento, eu gostaria de saber o seguinte: qual é a orientação, qual é o planejamento que está sendo feito para repassar aos professores, a questão dos instrumentos de avaliação e sua adequação quanto à faixa etária, quanto à temporalidade, quanto ao momento de sua aplicação, estes aspectos da avaliação, que também são muito importantes. Obrigada!

⁶As outras linhas de ação são “gestão da escola pública” e “formação de tutores”.

PROFESSORA ETTIÈNE: Vamos aproveitar a sugestão do professor de que reunamos questões para que ele possa responder de modo mais contextual e para um maior número de professores poder fazer perguntas?

PROFESSORA LUZIA: Bom dia! Professor, o senhor considera a avaliação institucional uma questão fundamental na garantia da qualidade de ensino. Considerando que estamos na égide do Sistema de Capital, que qualidade, de fato, a escola pública deve buscar?

PROFESSORA ALICE: Professor, meu nome é Alice. Eu trabalho na Secretaria de Estado da Educação do Paraná, na coordenação de Estudos Integrados em Avaliação. Nós estamos trabalhando na implantação de um programa de avaliação institucional, no sistema estadual. Então, é por isso a minha pergunta, até. Existe uma maior tradição na avaliação no ensino superior. Então, eu gostaria de saber se existem experiências significativas de avaliação institucional na educação básica e quais seriam os principais cuidados, a serem tomados, na implantação de um programa deste tipo?

PROFESSOR DILVO: Então, deixa eu tentar, responder algumas.

A adequação dos instrumentos de avaliação... Eu acho que não existe uma resposta... Professora Sileide, o que eu posso dizer é o seguinte: Todo instrumento tem que ser adequado ao objeto da avaliação. Talvez um dos grandes problemas que a história da avaliação tem tido, isso desde os tempos socráticos, está associado a esta questão, à implicação disto. Se vocês se lembram, quando o Sócrates soube que ele era considerado, pelos deuses, o mais sábio dos homens, fez uma auto-avaliação. Ele disse “não pode ser, eu sou um idiota, sou um ignorante, mas como é que os deuses podem estar dizendo isto?”. Aí ele saiu numa peregrinação para provar que os deuses estavam errados. “Não é possível, os deuses se enganaram!” Primeiro, ele se dirigiu aos políticos, especialmente aos mais renomados, porque os políticos, afinal de contas, eram renomados, reconhecidos em suas comunidades. Ele rapidamente descobriu que eles tinham sérios problemas, raciocinavam em círculo, confundiam conceitos básicos e assim por diante. A conclusão dele foi “é, neste caso acho que os deuses estão corretos mesmo, desta turma eu ganho”. Mas ele não se deu por satisfeito. Ele foi consultar os poetas. É, porque o Sócrates era um leitor assíduo do Homero... e adorava Homero, recitava Homero... longos trechos de Homero, nos seus diálogos. Ele disse “não, mas os poetas dizem coisas maravilhosas, coisas que certamente jamais eu conseguiria dizer, eles devem saber mais do que eu”. Foi consultar os poetas e

descobriu que os poetas funcionavam de outra maneira, que não era pela razão, funcionavam com o coração, com a inspiração; eles eram inspirados, não sábios. Ele mostrava textos, que eles próprios haviam escrito, e eles não sabiam dizer nada sobre aqueles textos. Ele sabia dizer mais sobre os textos do que eles. Mais ou menos o que aconteceu aqui hoje: eu disse todas aquelas coisas, inspirado, e ela disse que eu disse coisas maravilhosas, que eu nem sabia que eu tinha dito. Mas tem que ser julgado de outra maneira... os poetas não entram dentro da nossa categoria.

E Sócrates chegou à conclusão de que, sobre os poetas, os deuses também estavam corretos. Depois ele foi pros profissionais liberais da época, o que seria, hoje, o pessoal que a universidade forma, todos nós. E descobriu que de fato, com estes, os deuses estavam errados. “Os deuses têm que estar errados, porque eles sabem tantas coisas, sobre as quais não tenho a menor idéia... Aqui os deuses erraram”. Só que ele foi perguntando, perguntando, perguntando, e descobriu que essa turma toda tinha um terrível defeito. É que eles sabiam quase tudo sobre algumas coisas. Eles achavam que sabiam tudo sobre todas as coisas, até coisas sobre metafísica, física, questões da vida e da morte. Daí, eles tinham uma empáfia tão grande, que eram cegados pras coisas que estavam à sua volta. Mas eles, de fato, sabiam quase tudo, como os nossos PHDs sabem tudo, sobre quase nada... e, agora, eu também sou PHD, posso falar. A gente é altamente especializada em algumas coisas, mas isto não dá direito de dizer que a gente sabe tudo sobre todas as coisas. Daí, ele disse: “o seu defeito era tão grande, que cheguei, de novo, à conclusão que os deuses estavam corretos, mas não porque eu seja o mais sábio dos homens, é que os deuses estão me usando como metáfora”. É uma metáfora para dizer que, sábio é aquele que, como Sócrates, sabe que não sabe nada e está aberto a aprender, está aberto à aprendizagem.

Por que estou dizendo isto? Porque o problema do Sócrates, no final das contas, acaba sendo o seguinte: na República, ele expulsa os poetas. Ele expulsa os poetas, porque ele diz que os poetas apelam para os sentimentos e as emoções, para as questões que ele considerava inferiores no ser humano. O que deveria definir o ser humano é a razão, esta é que está acima de tudo. E por isso, ele disse que quem deve governar são os filósofos. Da mesma forma como o indivíduo, que é guiado pelas emoções e pelos instintos, é um indivíduo perigoso, assim a sociedade, governada pelos instintos e pelas emoções, também é perigosa. Veja bem, ele tem uma lógica neste negócio, só que há dois mil e trezentos anos, estamos tentando expulsar os poetas e não conseguimos. O que eu quero dizer é que, se você avalia os poetas a partir de critérios, que são critérios de filósofos, você vai chegar à

conclusão de que estes só se adaptam aos filósofos. Você, na verdade, mutila os poetas, isto é uma forma de mutilação do objeto da avaliação.

Uma história maravilhosa contada pelo educador persa, chamado mulá Nasrudin, na verdade, não é contada por ele, mas é sobre ele, ele se fazendo de bobo. Ele, freqüentemente, se fazia passar por bobo pra ensinar uma lição. Mas o mulá Nasrudin, acho que tem a história mais bonita com relação a isso. Eu descobri esta história num conto da Doris Lessing, em que a história é a seguinte: é que o mulá Nasrudin nunca havia visto um falcão, em toda a sua vida. Um belo dia, um falcão pousou no parapeito da janela. Ele olhou para aquele bicho e disse “pobre criatura, como é que te deixaram chegar a este estado?”. Em seguida, ele pegou a tesoura, cortou as esporas, aparou as unhas, as garras, podou as penas, olhou de novo e disse “agora sim, agora você está com mais cara de pássaro”. É o processo de mutilação, de forçar algo a ser o que não é, é desrespeitar a identidade, é desrespeitar a natureza do objeto da avaliação. Acho que esta é uma das questões fundamentais. O falcão não é o colibri... não é, não quer ser e não pode ser. Assim, faculdades isoladas não são e, muitas vezes, não querem ser, aí não devem ser tratadas como se fossem, instituições de ensino e pesquisa e extensão. Se nós fizermos isso, desrespeitando a sua missão, que é a define, nós estamos desrespeitando os objetos.

Então, estou lhe dando toda esta longa história, para dizer que uma das questões fundamentais do instrumento é o respeito à natureza dos objetos da avaliação. Eu não sei quais são os objetos que estão na sua cabeça, mas evidentemente, a questão dos alunos também tem que ser respeitada, inclusive a questão da faixa etária. Não sei, não posso avaliar da mesma maneira um adulto, do que uma criança. Tem que respeitar esta natureza.

A outra pergunta é “que qualidade a escola pública deve mostrar?”. Eu sempre falo, Luzia, com o viés da universidade porque, infelizmente, estou lá há muitos anos e por isso minha fala tem que ser interpretada como viesada. Está bom? Mas eu vejo o papel das instituições públicas, como um papel muitas vezes diferente da instituição privada. Dentro daquele panorama que eu dei, quero fazer distinção. Primeiro quero reafirmar o que eu disse antes. A missão é sempre pública, seja da instituição pública ou privada. A missão educacional é pública. Se não for pública, ela não tem que estar ali, aí vira comércio educacional, não exatamente educação. E há muita gente que só faz comércio. Não está minimamente interessado em padrões de qualidade, por isso que o sistema de avaliação também é necessário e o processo regulatório é um processo necessário. O Estado não pode abdicar

do seu direito e nem só o mercado pode regular. Se só o mercado regular, nós vamos ser vítimas daquilo que eu chamei, quando citei o exemplo dos dois prêmios nobéis, do que eu chamo de as duas pragas que infernizam a vida da educação pública, que é o utilitarismo e o imediatismo, especialmente na universidade. Eu não estou dizendo que nós não devemos ser úteis, que nós não devemos pensar no imediato, não é isso. O útil e o imediato fazem parte do dia-dia, mas o utilitarismo e o imediatismo são doenças do útil e do imediato. Por isto que estou usando o utilitarismo. Por exemplo, nós temos que ser eficientes, mas eficientismo é uma doença do eficiente. Ela é levada ao extremo, assim como o nacionalismo é uma doença da nacionalidade. A identidade nacional é boa. A identidade racial é boa, mas o racismo não é. Há certos graus que têm que ser levados em conta. Então, as duas pragas são, pra mim, o imediatismo e o utilitarismo, especialmente na vida da universidade. Por que estou dizendo isto? Porque uma editora de uma universidade pública não publica best-seller; ela até pode publicar best-seller, mas isto vai ser por algum critério de mérito, não porque ela imagina que isto vai ser um best-seller. Se esta for a lógica, então, a lógica é só de fazer dinheiro. Mas a editora de uma universidade pública deve publicar aquilo que ela considera importante para o avanço do conhecimento, no contexto em que está inserido. Pode vender muito pouco ou quase nada. E se vender um livro que vende bem, e é bom, que isto subsidie o livro que vende pouco, mas que é necessário. Acho que este tem que ser o cuidado. Então, quando nós pensamos na qualidade da escola pública, nós pensamos neste diferencial. Por exemplo, o poder público tem que entrar em áreas onde o setor privado, por natureza, não entra. Ele pode ter uma missão pública importante, na formação de engenheiros, advogados, contabilistas, administradores. O maior curso do país é o de Administração, o segundo é o de Direito... é importante ter estes números bem claros; pela ordem, Administração, Direito e depois Pedagogia... são os três grandes cursos. Mas, o que eu quero dizer, é que, se nós deixarmos só o poder público regular, nós não vamos ter professores de física, química, matemática, biologia, geografia, história, português e todas aquelas áreas que são áreas fundamentais e instrumentais para a educação das gerações futuras. O poder público tem que entrar para participar e, neste sentido, ele se distingue. Agora, a qualidade é uma só pra todas elas. Qualidade tem que ser uma só. Acho que a gente tem que ter este cuidado... que há padrões mínimos estabelecidos e que estes padrões mínimos têm que ser atingidos.

E a terceira pergunta é da Alice.

A avaliação no sistema estadual. Você está falando, basicamente, da avaliação institucional. De fato, não há muitas experiências em avaliação institucional nos sistemas estaduais. Até

porque, até recentemente, se confundia avaliação institucional com muita coisa. O programa de avaliação institucional nas universidades brasileiras em 93, por exemplo, foi muito mal entendido por muitas instituições no Brasil. Eu, hoje, ainda fico um pouco chocado, quando vejo que pessoas vêm e lhe contam, cheias de orgulho, dizendo assim: “olha, nós fazemos avaliação institucional já há tantos anos”. Aí, você vai ver, a avaliação institucional nunca foi além da avaliação do docente pelo discente. As pessoas chamam isto de avaliação institucional. Talvez uma das grandes virtudes do SINAES seja que ele deixou a distinção entre a avaliação da instituição, a avaliação do curso e a avaliação do aluno, com muita nitidez, mostrando o que deve ser observado, em cada uma delas e que elas são integradas, mas não se confundem. São articuladas entre si, mas não são a mesma coisa. Então, eu acho que esta é a grande virtude do SINAES. No mais, a avaliação da educação básica tem, sim, bastante experiência acumulada, mas mais fora do Brasil. Porque a avaliação das escolas, por exemplo, nos Estados Unidos, é feita há muitos anos, não só através de exames de larga escala, como nós temos hoje no Brasil, os SAED, que já têm alguns anos e que é um bom exame, ou mesmo o ENEM, que é um exame bom também, embora muita gente ache que não, porque ele está muito dissociado de conteúdos. Acabei de assistir uma defesa de tese, há poucos dias, sobre o ENEM, em que a pessoa argumentava sobre a beleza da integração das diversas habilidades, mas ela mesma, que conhecia aquilo com profundidade, disse “não sei muito bem como é que os professores nas escolas conseguem usar isso”. Eu não sei. Porque, querendo ou não, na escola, as nossas orientações estão basicamente centradas em conteúdos, raramente nas habilidades e competências. Esta é outra diferença do ENADE. Vou fazer o gráfico pra vocês [Nota: o palestrante fez o gráfico com gestos]. O ENADE foi construído em cima da idéia de que nós tomamos nesta coluna aqui o perfil. O perfil do curso, tal qual está definido nas diretrizes curriculares, aqui as competências tal qual elas são descritas e só então, no meio aqui, os conteúdos. Então, você pode, na verdade, ver o curso praticamente numa página e as perguntas são elaboradas a partir dos pontos de intersecção onde o perfil do curso, as competências previstas e os conteúdos se ligam, é nesta combinação... Pra que não haja em vazio... até porque existe um grande argumento de que as habilidades e competências nem sempre, aí os psicólogos brigam por causa destas palavras, são transferíveis. Então, você pode ser um excelente jogador de xadrez e péssimo em matemática, ou se você é um excelente jogador de xadrez, consegue pensar estratégias, mas pode ser um péssimo administrador. Estas coisas não se traduzem assim, tão automaticamente. Então, o conteúdo também está associado a isto. Há um texto muito interessante do educador Irving Fersh... que é o cara que escreveu Alfabetização Cultural, em que ele explora esta questão. É o segundo livro, não estou me

lembrando do título, mas daqui a pouco vem, em que ele explora justamente esta preocupação. Ele diz “olha, vamos parar com este negócio de achar que dá pra ensinar só com habilidades e competências, não dá. Nós temos que ter habilidades e competências, vinculadas a conteúdos, porque senão não funciona. O conteúdo, sim, é um elemento fundamental para que as próprias competências se manifestem”. Talvez, o problema do ENEN, em parte, da dificuldade de uso dele, seja esse. É mais ou menos o que consigo dizer sobre isso, nos sistemas públicos. Acho que tem tudo pra construir aí, a avaliação. Com a profissionalização da avaliação, mais e mais se percebe que o que deve ser avaliado vai muito além do aluno e vai muito além do professor. Hoje, a gente trabalha, praticamente, com todo o espectro, tudo faz parte da educação, do dia-a-dia, e pode em princípio ser avaliado: uma metodologia, uma técnica de ensino, a gestão da instituição, as instalações, tudo aquilo que se pode imaginar, desde os agentes, as agências, os propósitos, as ações, tudo pode fazer parte da avaliação institucional.

PROFESSOR JOÃO, diretor de escola pública estadual. Professor Dilvo, dentro desta meta de expansão de acesso dos estudantes ao ensino superior, esta meta de 30%, qual é a sua visão sobre a questão desta nova legislação, que permite, a partir de 2005 agora, foi em julho de 2004 que foi aprovada a questão do profissionalizante, junto ao ensino médio. Ao meu ver, esta questão, se bem colocada, vai ser um instrumento muito eficaz para esses 9 milhões de estudantes que estão no ensino médio, que vão poder se requalificar no médio, no técnico profissionalizante do Ensino Médio, já que uma boa parte estão no mundo do trabalho. Por sua vez, isto pode ser, dentro desta perspectiva de expansão do ensino, um impeditivo, até dentro do quadro sócio-econômico que o senhor colocou, de muita carência... ele não pode ser um paliativo, em que eles se darão por contentes em ter feito este técnico profissionalizante. Isto não pode ser, a médio prazo, um impeditivo para que se faça uma expansão maior, que dá certo?

PROFESSOR DILVO. Acho interessante a sua colocação. Eu, pessoalmente, acho o ensino técnico uma boa idéia. Se não fosse, teria até que dizer que é. Volto a dizer que eu não sou diretor do INEP, não sou presidente do INEP também, não sou Secretário de Educação Superior, não sou ministro, sou um sujeito que está no terceiro escalão do governo, que trabalha numa diretoria de avaliação, bastante técnica, a qual subsidia políticas, mas que não faz políticas. Não faço política educacional, subsidio através das minhas discussões, o que não quer dizer que não tenho uma longa discussão acumulada. Estou falando isto, só pra dizer que concordo com a idéia do elemento profissionalizante, que se torna mais uma opção

pro aluno poder entrar no mercado de trabalho. Agora, eu, pessoalmente, entendo que vocês chamaram ao Dilvo, não ao ministro. Então, vou dar a minha opinião, que vai um pouquinho além, porque trabalho na educação superior. Eu entendo que nós temos que ter, no Brasil, uma expansão maior na área do tecnólogo, muito maior. E agora estou me baseando em experiências internacionais, as mais diversas. Há um preconceito contra os tecnólogos dentro da academia, um preconceito muito grande, mas eu acho que é um preconceito baseado em incompreensão do significado por um lado e, por outro, uma questão de reserva de mercado. Nós temos uma mania muito grande de querer reservar mercado e até porque se justifica pela dificuldade de emprego e aqui tem que dizer o seguinte “sim, mas, você vai colocar [mais] tantos advogados... você vai colocar mais tantos administradores neste país... e o problema do emprego, como você é que vai arrumar emprego pra toda essa gente?”. Em geral é essa a questão que se levanta. Na verdade, nos anos setenta, uma senhora chamada Caroline Burth escreveu um livro, nos Estados Unidos, chamado “O caso contra as universidades”, em que ela argumenta... naquela época, nos anos setenta, diz assim: “esquece esse negócio de ir pra universidade, pense o que você vai gastar durante quatro anos pra por seu filho na universidade, pegue o dinheiro, ponha numa poupança, durante quatro anos, e você vai ver o quanto você vai ter ao final de quatro anos, vai ter dinheiro suficiente para iniciar o seu pequeno negócio e não vai ser um graduado desempregado”. Bom, isso aí caiu no descrédito. Na época fez um furor... muita gente levou a sério e rapidamente quebrou a cara, porque, na verdade, nós temos que, hoje, conceber, mais e mais, a educação superior, não como uma educação puramente profissionalizante, mas como um gerador de oportunidades na vida. Ela é um gerador de oportunidades, mais do que uma profissionalização. O que se observa em todos os estudos é que o indivíduo que conseguiu chegar à educação superior, que a cursou, tem mais possibilidades de criar as suas próprias oportunidades, ou de encontrar empregos, do que teria se não tivesse ido pra universidade, se tivesse encerrado a sua educação no ensino médio. Embora a gente entenda a angústia de um pai, ou de um formando da educação superior que não tem emprego... eu acabei de passar por isso. Minha filha acabou de se formar em psicologia e o drama dela... por mais que eu dissesse “mas, minha filha, fica tranqüila, você vai encontrar trabalho, você vai encontrar as suas oportunidades!” No caso dela é muito mais tranqüilo ainda, só que ela não se dá conta que ela realmente escreve muito bem, é bilíngüe perfeita, teria n-oportunidades. Não, ela queria ser psicóloga! “Não, quero ser psicóloga, trabalhar na área de psicologia!” Então, um grande drama dela... Acabou encontrando rapidinho [trabalho], mas podia não ter encontrado, como muitos outros não encontram. E é por isso que eu entendo o drama muito bem... mas eu tenho a convicção, por tudo que eu li até hoje, de que ter a educação superior é melhor do que não ter, que cria muitas oportunidades.

Falei da minha aluna, que eu encontrei ontem no aeroporto, em Brasília... se formou em letras e é oficial do exército, felicíssima da vida! Tudo bem, não vejo problema nenhum! Quer dizer, todos nós acabamos de alguma forma nos evadindo. Todos não, mas a grande maioria de nós acaba se evadindo na vida, no dia-a-dia, e encontramos, criamos oportunidades. Isto é bom!

Se quantidade de alunos na educação superior fosse sinônimo de desemprego, então nós não deveríamos ter desemprego nenhum, pois nós temos os piores índices do mundo! Falei pra vocês, 9%! Assim, a Europa, os Estados Unidos, a Coréia e o Canadá, todos deveriam ter altíssimos índices de desemprego, se esta fosse a lógica. Então, essa é a primeira coisa que tem que desmontar. Não é assim que funciona.

Segundo, a questão da qualidade que quantidade significa pior qualidade. Pode ser válido em certos espaços, mas nem sempre é verdade. Se quantidade fosse sinônimo de boa qualidade, o Brasil deveria ter a melhor qualidade de educação superior do mundo. Nós temos a menor quantidade, então devíamos ter a melhor qualidade. Não é assim que funciona também! Existem, inclusive, indícios de que, às vezes, a quantidade até melhora a qualidade, o que se chama de massa crítica (o pessoal da sociologia chama de massa crítica). Há certos momentos em que a quantidade se torna uma qualidade. Por exemplo, se nós tivermos uma cidadezinha, digamos, de mil pessoas, onde um se interesse por música, não dá pra abrir uma escola de música. Agora, se nós tivermos uma cidade de um milhão, em que um de cada mil se interesse por música, já dá pra abrir várias escolas. A qualidade da vida muda.

Eu me lembro que, quando voltei da pró-reitoria de graduação pro meu departamento, depois de quatro anos, e voltei para a minha pós-graduação, vi o número de vagas que era aberto. Estava abrindo o edital. Eu disse “escuta, nós vamos abrir quinze vagas de novo? Quinze vagas de novo? Tem que ser quarenta”. Fui para provocar, fui no estômago, direto. “Tem que ser quarenta”. Quase caiu o céu quando disse que tinha que ser quarenta vagas e não quinze. Mas que cálculo eu havia feito? Eu havia feito o cálculo seguinte: nós somos treze professores neste programa. No primeiro semestre, você oferece as disciplinas conjuntas e aí você tem quinze alunos. Só que, no segundo semestre, quando os alunos podem escolher entre um leque de disciplinas, você literalmente oferece aulas particulares, o que eu acho um luxo, um desperdício... Eu até duvido que você ganhe em qualidade. Eu acho que piora a qualidade. Bom, eu disse que quase caiu o céu. Passamos uma manhã toda discutindo.

Depois de uma manhã, nós aumentamos pra trinta. O pessoal concordou que podíamos aumentar pra trinta. Aumentamos pra trinta. Não aumentamos um professor, nada... Foi uma beleza! E podíamos ter aumentado pra quarenta e pra cinqüenta, na minha maneira de ver. E as aulas se tornam melhores, porque você não tem dois, tem cinco, seis, dez alunos.

Universitários americanos, 7 milhões, quase 7 milhões, estão em Colleges. Em Colleges, que são cursos de tecnólogos, de dois anos de duração. Se você considerar que eles ficam dois anos, veja o fluxo disso! Eu conheço College por dentro, falo de cadeira já dei aula em College e sei o que significa, como oportunidade de democratização do acesso, às pessoas que, de outro jeito, não teriam oportunidade de continuar. A Califórnia adotou os Colleges em 1960, como parte de um processo de democratização. Pra quem conhece a Califórnia, basicamente ela tem três sistemas. Ela tem o sistema U.C., que é da University Califórnia Los Angeles, mas que tem UCs (U.C.-Universidade da Califórnia), por toda a Califórnia. Todas as grandes cidades tem U.C. Depois, nós temos o segundo sistema, que chamam de Souther - Califórnia Stein. Esse só faz o ensino de graduação. E depois vem o College. O College é pra todo o sujeito que encerrou o ensino médio e tem o desejo de continuar estudando. Poxa, se o sujeito procura seriamente educação continuada, o Estado tem obrigação de garantir que ele possa buscar essa educação continuada. A nação mais rica do mundo e a Alemanha, também, e outras universidades, optaram por esses modelos de permitir essa oportunidade e zelaram por isso, porque sabem do significado social pro país.

Então, eu acho que, profissionalizante no ensino médio, profissionalizante na educação superior, com universidades de verdade fazendo estudos de ponta, aí nós teremos uma educação superior completa, e que mais gente venha, com os anos, para poder se beneficiar disso. Eu acho que isso vai garantir que a gente não traia o futuro, o sonho, como diz o Toffler, dos nossos jovens e garanta a soberania do país.

PERGUNTA [Sem identificação]: O sistema da escola pública municipal possui equipamentos, bem como computadores, tevês, vídeos cassetes, um número muito grande de material didático, professores habilitados, capacitados, alimentação balanceada. Nossos alunos chegam na quinta série sem saber ler, escrever, sem saber as quatro operações fundamentais, sem capacidade para resolver um simples problema de matemática, sem interpretar um simples texto, letra ilegível... Como repensar, rever este processo? Da quinta a oitava série: turmas numerosas, falta de espaço e equipamento. No vestibular: exclusão de alunos da escola pública... A Universidade Federal oferece as vagas para os alunos da escola particular. Como o senhor vê esta tamanha injustiça?

PROFESSOR DILVO: Do mesmo jeito que você vê, do mesmo jeito! Eu acho que esse é o drama de todo ministro que assume e é o drama de todos nós. Veja bem, eu acho que o simples fato de nós termos colocado as crianças na escola, já foi um grande avanço. Foi um grande avanço! Agora, tem que dar o próximo passo. O Cristovam Buarque, quando foi governador do Distrito Federal, criou o Bolsa-Escola. Ele criou o Bolsa-Escola, com a idéia de que teria que estar associado ao desempenho do aluno, porque é mais barato você pagar um certo dinheiro para manter esse aluno na escola, do que depois você ter que fazer enormes gastos em segurança e em termos de garantir a tranqüilidade social. É este custo social que a gente tem que equilibrar. Na Educação a gente sempre tem muita pressa. E com razão, tem que ter pressa. Tem que ter pressa, especialmente quando se fala da Educação Fundamental, porque o menino de oito anos que fica fora da escola durante cinco, aos trezes anos é um marginal, é o cara que vai nos assaltar... as chances são essas. Então, nós temos toda a pressa do mundo, pra corrigir essas questões. Nós tivemos avanço nos últimos anos. Agora, o avanço da qualidade ao qual está-se referindo aqui, o SAEB tem, ano após ano, mostrado esse dado aqui que as crianças chegam na quarta série analfabetas. Pela primeira vez, no SAEB, nos últimos anos, nós tivemos uma pequena melhora no Português, no desempenho em Língua Portuguesa. Parece que estamos chegando a um ponto de equilíbrio, mas é muito difícil de saber. A verdade é que o crescimento parece que está um pouco confuso, está meio desordenado. Em primeiro lugar, porque isto está associado à qualidade. Aquilo que eu falei, que o fluxo não está regularizado. Ele deveria, se regularizado, nos levar aos trinta por cento, facilmente. Não está regularizado por causa disso, por causa da repetência, que provoca uma coisa chamada defasagem série / idade. Aí o cara já começa tarde, sai mais tarde ainda, chega na educação superior mais tarde ainda. Então, por exemplo, no norte-nordeste, temos cerca de 50 por cento de alunos fora da faixa etária apropriada, na educação básica, quando chegar na educação superior, também vão com essa defasagem. Que [é] que eu posso dizer? O governo, agora, está pensando num SAEB que atinja a todas as escolas, em princípio. Eu, pessoalmente, tenho algumas restrições sobre o SAEB, em si, como um instrumento suficiente, mas vai ser uma tentativa de talvez mexer um pouquinho mais diretamente com as escolas. Não sei se vai funcionar, é uma tentativa...

E a questão do vestibular nas universidades públicas, está associada a um conjunto de coisas. Em primeiro lugar, está associada a uma cultura interna; em segundo lugar e talvez o mais importante, está associada a uma política de desmantelamento das universidades públicas.

As universidades públicas, hoje, até é difícil de dizer que são públicas, e eu vou dizer porque, eu sou de uma delas. E mais, vou dizer o que já disse a vários, na última greve dos professores, há uns três ou quatro anos atrás. Nós temos três tipos de universidades, dentro do mesmo campus, todas as públicas, estaduais e federais. Nós temos a UNIC, com dois C, universidade da CAPES e do CNPQ. Nós temos a UNIMEC, que é a universidade do MEC, que é a da graduação. E nós temos a UFA, que é das fundações de apoio. Estas três universidades compartilham do mesmo espaço, mas elas vivem em mundos totalmente distintos. A UNIC, a CAPES e a CNPQ luta por coisas que não têm nada a ver, freqüentemente, com as outras duas. Esta UNIC luta por bolsa de produtividade de pesquisa; ela é pequena, elitista e catedrática. A UNIMEC é grande e democrática. Esta é que faz greves, porque quer melhores salários, porque quer melhores condições na graduação, porque quer melhores bibliotecas... E a outra é UFA. A UFA só cuida do próprio umbigo, porque basicamente funciona em função da venda de serviços. Ela ficou tão hipertrofiada! Por isso que eu disse que tenho até dificuldade de dizer se ela é uma universidade pública. Porque ela está privatizada por dentro! Isso não entra dentro daqueles noventa por cento que falei antes. Eu disse que noventa por cento das instituições são privadas, eu tenho que acrescentar a privatização interna. Vou dar um exemplo pra vocês de uma instituição respeitada, do sul do Brasil. Ela, quando eu escrevi o artigo durante a greve, tinha noventa e oito programas de especialização, fora da sede. Fora da sede! Todos pagos, é claro. Todos pagos! Estou falando de universidade pública! Todos eles pagos! Ela tem cento e doze mestrados! Destes cento e doze mestrados, setenta e dois são oferecidos fora da sede. Todos pagos, ou seja, setenta e dois são pagos, trinta não são pagos. O que eu quero dizer é que ela se privatizou por dentro de tal forma, que hoje a gente tem até dificuldade de trabalhar a idéia do público. Porque você privatizou o espaço público, privatizou os instrumentos públicos, privatizou o tempo público... que você usa a universidade pública, basicamente como complementação salarial. Agora, eu não estou dizendo que isso aconteceu por acaso. Aconteceu por causa de uma política de desatenção com a universidade pública. Se nós analisarmos, os últimos anos, o investimento com relação ao PIB, tem um estudo maravilhoso do professor Nelson Amaral, de Goiânia, vocês vão ver que é uma linha assim, decrescente, ano a ano era 0,90 do PIB, baixou para o 0,60 do PIB. Ele usa vários critérios. Usa o PIB, usa despesas públicas e, em qualquer critério, todos eles mostram que houve um encolhimento muito grande do setor público. Não só um encolhimento relativo, um encolhimento absoluto. Então isto a gente tem que levar em conta também. Trabalhar isso, hoje, é a grande dificuldade que a gente enfrenta. Isso tem a ver com as vagas, viu professora Cleide? Tem a ver com as vagas. Se se oferecem poucas vagas, em parte tem a ver com isso.

Tem, porque se você pode oferecer 72 cursos de mestrado fora da sede e não consegue abrir vaga, é porque você acha mais importante vender o serviço quando você é pago, daí você não tem energia pra dedicar isso à expansão das vagas na graduação. Vejam que acaba sendo uma coisa perversa, que é um tiro no próprio pé. Eu digo isso com pesar, porque sou de uma universidade.

PROFESSORAETTIÈNE Eu tenho mais perguntas para você. Sugiro que reunamos num só bloco, as perguntas associadas a essa que você já tem para ler. Eu vi que alguém levantou a mão. Por favor, pode fazer sua pergunta.

PROFESSORA [sem identificação] No atual governo estão priorizando a compra de vagas em instituições particulares, em detrimento da universidade pública, porque há de convir que uma avaliação deste tipo ... [fala inaudível] nos últimos vinte anos ou dez anos, como o senhor queira colocar, elas são de qualidade, porque a concorrência pra entrar numa universidade pública é altíssima e essa concorrência, pra entrar nas universidades, é muito mais pros alunos que vêm oriundos de escolas particulares do que do ensino público mesmo. Se há esta concorrência é sinal que as universidades públicas são de qualidade. O governo, hoje, que deveria ter uma política de investimento nas universidades públicas pra formar realmente cidadãos, formar realmente pessoas críticas, formar uma massa muito mais produtiva intelectualmente, está investindo em escolas particulares, onde há uma situação de mercado, onde há uma situação de venda. Como o senhor vê isso?

PROFESSOR DILVO: Em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que não vejo como compra de vagas. Não é compra de vagas. Acho que é uma leitura equivocada. O que ocorre hoje é que as universidades privadas, especialmente as filantrópicas, estão isentas de recolher uma grande quantidade de impostos, e não é pouco significativa. Esta isenção, que deve se dar através de programas sociais de várias naturezas, de bolsas disso e bolsas daquilo, acontece sem qualquer capacidade de controle do governo. Em primeiro lugar gostaria de deixar isso claro.

O governo nunca pensou em comprar vaga. O que o governo está dizendo é o seguinte: existe uma contrapartida de tributos, que é feita e, sobre a qual, nós não temos controle. Nós queremos controlar isso. Nós queremos contar as cabeças... quem são as pessoas que vocês dizem que, efetivamente, vocês estão dando bolsas, quais são as bolsas; e nós queremos que essas bolsas sejam para pessoas carentes. Então, na verdade, o programa

Universidade para Todos, é um programa basicamente de controle fiscal, não é investimento, não tem investimento nenhum. O governo não está liberando nem um único tostão pra isso. Isto já é uma renúncia fiscal que existe, com uma diferença, que agora as instituições aderem e, mediante esta adesão, que depois é comprovada pela avaliação (tem que garantir a qualidade), vão mostrar efetivamente quem são as pessoas para as quais elas dão bolsas. E mais, isto está quantificado: de cada 10, uma. De cada 10 vagas oferecidas, uma bolsa, isto em todos os cursos, não só naqueles que interessam, digamos, na perspectiva da instituição. Porque ela poderia oferecer só pros menos concorridos, mas não, tem que oferecer pra todos. Não importa, pode ser em Medicina altamente competitiva tem que oferecer. Pode ser em Direito, mas pode ser também em Letras-Alemão, onde tem pouca procura. Então, eu, pessoalmente, gosto da idéia. Ela é, na verdade, um sistema muito semelhante, com as devidas adaptações, ao sistema dos walches, que é usado nos mais distintos países, em países como a Tchecoslováquia, os Estados Unidos e vários outros países, em que o sujeito, basicamente, pode escolher a universidade... e o poder público paga pra ele escolher a universidade. No nosso caso, é uma adaptação, de certa forma. O poder público não está pagando com dinheiro, está pagando com aquilo que está deixando de ser recolhido para os cofres da União e que é de extrema dificuldade de controlar.

Agora, eu quero dizer o seguinte: em nenhum governo, nos últimos oito anos, as universidades públicas nunca receberam tanto recurso quanto agora, quanto neste último ano. Pode perguntar para a ANDIFES, pode perguntar para qualquer reitor.

O que eu acho estranho nos protestos eu não tenho acompanhado os protestos contra a reforma é “pra que se está fazendo reforma?” Está-se fazendo reforma, justamente para tentar cumprir o plano de governo, que coloca a Universidade Pública como central ao sistema. Como central ao sistema! A universidade pública é aquela meta que eu falei, a meta de chegar aos 40 por cento de matrículas, mas também, como está no programa de governo, a de colocar a Universidade Pública como referência. Isto tem a ver com investimentos na capacitação docente, investimentos na formação de doutores... Quero dizer que, pelos investimentos feitos, a formação de doutores, nos próximos cinco anos, vai continuar sendo feita especialmente nas universidades públicas. Ela vai continuar sendo feita lá! Toda a política de afastamento, que está estruturada para permitir estes afastamentos estes investimentos vai ser através da Universidade Pública. É verdade que a Universidade Pública perdeu muitos doutores e as instituições privadas souberam muito bem se apropriar das aposentadorias precoces, etc., o que é um mérito delas. O pessoal está aí, se aposentou

cedo, então seria um desperdício, inclusive das energias, se isso não fosse utilizado por alguém. As universidades privadas estão sabendo utilizar, se a gente olha os dados. Eu pediria que vocês olhassem estes dados no censo de 2003, que está na página do INEP, inclusive com uma interpretação. Chama-se Resumo Técnico do Censo de 2003. Não deixe de dar uma espiada lá, que eu acho que vale a pena!

O que mais me impressiona, no entanto, é que o texto da Reforma da Educação Superior sequer está redigido! A Reforma prevê o que? Ela prevê a Democratização do Acesso à Educação Superior, ela prevê o financiamento da educação superior, ela prevê a centralidade da Universidade Pública, como base, prevê a Autonomia das Instituições (mas tem gente que não quer autonomia) e a Avaliação.

A Avaliação aconteceu antes, de fato. E aí, o Dilvo leva pedrada de muita gente, porque eu de fato capitaneei a aprovação da Avaliação. E me sinto muito orgulhoso disso! Mas eu quero dizer o seguinte: eu participei da redação do programa do governo Lula, embora eu não seja do partido. Fui convidado para participar da redação da avaliação do programa, pela discussão que eu tinha acumulado. Eu me senti lisonjeado, me senti lisonjeado por participar do grupo.

Uma das propostas, que é a proposta 12, do candidato Lula, é rever o Sistema de Avaliação, aliás nós chamamos, rever a Avaliação e o Exame Nacional de Curso, entre outras coisas, à luz dos princípios do Programa da Avaliação das Universidades Brasileiras. Está lá, é a proposta 12. A proposta 12 está cumprida. Nós ouvimos a comunidade. Nós ouvimos, em 38 audiências públicas, fóruns de pró-reitores de graduação, de pós-graduação, de planejamento, ANDIFES, as outras associações privadas, a ANDES. A ANDES tem um texto que ela submeteu. A proposta da ANDES, apresentada na época, é muito semelhante. A ANDES até apoiou essa proposta. De repente, ela começou a achar que o Dilvo passou a ser funcionário do Banco Mundial. Eu quero dizer que, até agora, não vi o contra-cheque ainda, não me mandaram nada! Eu estou defendendo uma proposta de Avaliação Participativa, para a construção de uma Universidade Cidadã, que é praticamente igual ao título de um livro que escrevi, há alguns anos atrás.

Estou trabalhando no seguinte princípio: mas por que a proposta de avaliação tinha que sair antes? Porque senão, ia acabar o governo e nós estaríamos fazendo provão ainda. É por isso. Inclusive, havia uma ameaça explícita, dentro do Congresso, pra que fosse segurada a

proposta de avaliação, para que ela não fosse votada. Ela foi feita no dia 2 de novembro, no Senado. Eu estava presente, quando Cristovam falou. Cristovam Buarque falou ao Senado. E é por isso que ela tinha que ser acelerada. Eu fiz o primeiro provão. Todos vocês viram... o provão saiu no ano passado. Era lei, tinha que fazer, e fiz. Fiz e divulguei os resultados sem ranquiamento, porque aí feria os princípios que estavam sendo defendidos pelo governo. Sem ranking! Não dá pra partir do princípio de que a qualidade do desempenho dos alunos é igual à qualidade do curso. Isto é uma falácia. E não dá pra ranquiar instituições, se não temos a mínima noção de padrão. Se um ano A é 3, se no segundo ano o A é 8 e no outro ano A é 3 e não dá pra dizer que A é boa qualidade quando A é 2,3. Se você coloca um A com 2,3, um B com 2, isso vai até zero. De zero a 2,3 você tem E, você tem D, você tem C, você tem B e você tem A. Já viram isto? É isso, é matemática. E o pessoal põe um banner: “melhor curso do país...” tirou 2,3! Mesmo que fosse, ainda seria insuficiente! Porque o desempenho dos alunos não é igual à qualidade do curso! Isto, pra quem estuda avaliação, tem um nome técnico: chama-se de Falácia Harvardiana. Foi o cara que fez estudos em Harvard que provou que, através deste tipo de teste, a gente só consegue dizer que Harvard não causou sérios danos ao cérebro de seus alunos, porque recebe os melhores alunos! Então, eu fiz o provão, porque era lei, divulguei os resultados do provão, em ordem alfabética, e ninguém sentiu falta do ranking. Divulguei no dia 15 de dezembro, mas divulguei com muito mais do que as notas. Divulguei o significado das notas e o questionário, os dados do questionário do provão, que eram muito ricos e que nós estamos mantendo, estamos enriquecendo muito mais. Nós mantivemos o questionário do provão na sua essência, só que agora nós estamos aplicando-o para os ingressantes e concluintes. E estamos fazendo mais uma coisa. Vamos ficar sabendo como o aluno vê o seu curso no ingresso, num questionário de 90 questões, que ele responde em casa e depois manda. Nós vamos ver como o aluno vê o seu curso quando ele entra e como ele vê o seu curso quando sai. Estamos cruzando estas perguntas com um questionário ao coordenador, quem é coordenador de curso tem quinze dias pra responder e ver o seu grupo no ENADE desse ano. Mas nós cruzamos as perguntas com as perguntas do coordenador. Nós vamos ter três olhares sobre o curso, o que vai produzir informações muito ricas, no ENADE.

Mas dentro de uma outra concepção, o ENADE não é a nota do curso. O ENADE é a nota do desempenho dos alunos, que vai ser incorporada num instrumento de avaliação, agora por lei, por isso que agora não pode ter ranking, nem por lei, porque a lei não permite. O resultado do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes será incorporado ao conjunto das dimensões da Avaliação do Curso. Não é a Avaliação do Curso. Então, é importante que a gente perceba esta diferença.

Eu só vou dizer o seguinte, eu não entendo a crítica ao SINAES, especialmente no sentido de que o grupo que esteve por trás dos SINAES, estaria associado ao Banco Mundial. Quero dizer que não tenho nada a ver com o Banco Mundial, não tenho o menor interesse e não faz o menor sentido, porque contraria toda a minha trajetória na Avaliação da Educação Superior e me ofende. Eu sou um defensor da Universidade Pública e o Ministro é um defensor da Universidade Pública. Agora, nós temos que fazer reforma da educação superior e a educação superior tem uma realidade que está criada.

Uma das críticas que é feita ao SINAES, tem a ver com as CPAs, as Comissões Próprias de Avaliação, por isso que muita gente está dizendo que está ferindo a autonomia das instituições. Não fere a autonomia das instituições! A CPA foi criada, em cada instituição, para que esta tivesse um canal de manifestação, como se prevê nas democracias. A liberdade de expressão não consiste, apenas, no direito de cada um pegar um engradado de cerveja, colocar em praça pública e fazer discurso. Isto também faz parte. Mas o processo democrático prevê canais legais, para que a oposição possa fazer as suas manifestações... canais legais, legítimos! O que nós criamos, com as CPAs, foi um canal para que as Comissões Próprias de Avaliação, dentro das instituições [públicas], pudessem se ocupar da questão de mérito e valor. Estou enfatizando as duas palavras, porque há muita gente dizendo que a autonomia que as CPAs têm para fazer, para coordenar o processo de avaliação (é assim que está na lei), feriria a autonomia da instituição. A CPA não é órgão de gestão, ela é uma comissão criada para coordenar o processo de avaliação e tem que fazer este trabalho com autonomia. Ela não foi criada para fazer *marketing* institucional. Ela foi criada para identificar mérito e valor, ou seja, para fazer avaliação. Então esta é a diferença. Mas há gente que não gosta!

PROFESSORA ETTIÈNE Eu agradeço muito a sua participação, a sua disponibilidade em estar aqui conosco, em nos ter colocado em sua agenda e ter proporcionado uma manhã tão esclarecedora. Muito obrigada e até breve.

PROFESSOR DILVO Obrigado.

(Palmas).

2 A AÇÃO DOCENTE NA AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Ana Maria Petraitis Liblik

Professores e professoras presentes, boa tarde!

Recebi o convite para falar sobre a ação docente na avaliação da aprendizagem e por um lado, fiquei feliz. Por outro, preocupada. Refletir sobre as ações docentes é, de certo modo, refletir sobre a minha própria prática. Meu chão é a sala de aula, tenho mais anos de magistério no Ensino Fundamental e Médio do que de nível superior. Portanto, não seria a ação docente que me preocupa, ainda mais sabendo que vocês são, em grande parte, professores como eu sou. Falar sobre a avaliação da aprendizagem é que me angustia, considero que seja o calcanhar de Aquiles dos processos educativos. Uma avaliação é o momento onde se expõe a fragilidade de qualquer sistema. Na educação não poderia ser diferente. Mas vamos lá.

Quais são as ações docentes? Planejar, agir e avaliar. (Re)planejar, agir novamente e avaliar. Constantemente fazemos isto. Começo de ano, de semestre, de mês, de semana, de dia, de aula. Planejar, replanejar. Penso que devemos gostar muito de fazer isso, pois estamos o tempo todo fazendo. Obviamente sabemos que há pessoas que não fazem isso. Copiam o planejamento de outros anos, de outros colegas, de outras escolas, e sempre fazem o mesmo. Chegam ao cúmulo de copiar a mesma prova do ano passado para o mesmo conteúdo. Aluno esperto guarda as provas dos irmãos mais velhos, dos primos, dos amigos, etc., e estuda por elas. Enfim, esta é uma questão que não vou discutir, e muito menos perder tempo para refletir.

Nas ações que exercemos nos meios escolares há vários aspectos que devem ser considerados. Vou focar minha fala nas diferentes possibilidades de reflexão sobre a avaliação, vou pensar com vocês sobre a dimensão política, a técnica e a epistemológica.

A questão política da crise na educação (e conseqüentemente na avaliação) nos remete à falta de recursos materiais e humanos. Tanto a situação precária das escolas quanto o mau desempenho de profissionais da educação nos angustia. Mas isto é apenas parte do problema. Apesar do obstáculo da falta de condições mínimas para o ensinar-aprender, alunos aprendem, alguns não aprendem. Não vou discutir razões, justificativas, motivos... pois isso ficará nas entrelinhas de minha fala.

A questão técnica, a elaboração de instrumentos adequados para avaliar o processo educativo, veremos mais para o final de minha exposição de hoje.

Gostaria de iniciar as minhas reflexões sobre a dimensão epistemológica da avaliação educacional. Boa parte da responsabilidade pelas altas taxas de repetência e conseqüente evasão escolar “resulta de uma concepção inadequada sobre o significado do conhecimento e a caracterização dos processos de avaliação” (MACHADO, 1995, p. 292). O que é este conhecimento que ensinamos? Qual é a filosofia das ciências, ou seja as epistemologias com as quais nos deparamos para ensinar? O que é que consideramos que deve ser ensinado e por que? Que escolhas nós fazemos? Penso que estas respostas nos darão uma visão mais ampla do que é que pretendemos ensinar e conseqüentemente avaliar. Só posso determinar o que vou avaliar se sei o que ensino e o porquê. Como avaliar é outra questão. Preciso determinar o que vou ensinar antes e depois o que vou avaliar. Nem tudo o que transmitimos aos nossos alunos é passível de ser avaliado. Competências, por exemplo. Avalio as habilidades que compõem uma competência, mas não a competência em si. Isto a vida vai fazer, o tempo dirá se o aluno se tornará competente nas diversas áreas do conhecimento. Avalio na escola se meu aluno escreve corretamente, se expressa suas idéias de acordo com determinada situação, avalio se sabe efetuar operações, resolver determinados problemas, se entende uma determinada situação histórica, se é capaz de se localizar no tempo e no espaço. Mas não há como avaliar hoje, se isto servirá para seu futuro, seu projeto de vida.

Avaliar... medir ou julgar. Não há outras possibilidades. Qualquer sinônimo conduz a estas duas palavras: medir ou julgar. A medida pressupõe a existência de um “metro”, uma unidade para comparar. E este objeto é padronizado. Um metro é igual a cem centímetros, tanto aqui quanto no Japão, na Indonésia, no Chile. Objetos não criam problemas: são o objeto e basta. É só comparar. Se a média de uma escola para aprovação é seis e o aluno responde corretamente três de um total de cinco questões de igual valor, ele “passa”. Dificilmente há problemas neste tipo de avaliação.

Quanto ao julgamento é outra questão. Parece que há um modismo em considerar tudo uma questão de ponto de vista. Esquecemos que para julgar é necessário ter “leis” que norteiem o julgamento. E elas dependem de sujeitos que as fazem e as interpretam. E sujeitos não têm necessariamente as mesmas idéias sobre os assuntos. Como então padronizar um julgamento? Missão considerada quase impossível.

Há uma ciência que estuda a avaliação. Pouca gente sabe o nome. Talvez deste dia de trabalho intenso vocês levem apenas esta nova palavra que corresponde ao nome da ciência que estuda os processos e os instrumentos de avaliação: docimologia.

Estudo ou ciência dos exames que mostra, por um lado a incoerência das classificações de um examinador para o mesmo exercício e por outro lado, a existência de flutuações na avaliação de um trabalho segundo as pessoas encarregadas de o classificar. Esta ciência se propõe a melhorar as estruturas dos consensos e dos exames. (LEIF, 1978).

Se a própria ciência se propõe a entender e melhorar as estruturas e consensos e dos exames, vamos entender melhor do que se trata, pois já desde Tyler (1949), um dos três grandes teóricos do currículo, nos dizia que a avaliação exerce um poderoso efeito sobre a aprendizagem. Uma pesquisa feita no Estado de Nova York demonstrou que os instrumentos de avaliação usados tinham mais efeito sobre o que era ensinado que os próprios programas de estudo. Penso que continua assim. Ou seja, damos maior valor aos instrumentos que usamos para avaliar os alunos do que propriamente o aprendido. Quem de vocês não se lembra de uma prova em que quase tiraram dez, mas faltou apenas um acento, um sinalzinho de menos, uma vírgula.... Percebam que se lembram mais do erro do que propriamente do conteúdo que estava sendo avaliado. Aliás, isto é muuuuito importante: nós não avaliamos alunos, mas sim a mediação do conhecimento. Quem avalia pessoas é o médico, o psicólogo o fisioterapeuta. Professores avaliam o que os alunos efetivamente aprenderam mediante a ação docente dos professores. Ou seja, ao elaborar um instrumento de avaliação são duas coisas que acontecem ao mesmo tempo: O “quanto” o profissional da educação foi capaz de mediar os saberes para o aluno e o “quanto” o aluno foi capaz de absorver, de entender sobre estes saberes. Senão fica incoerente a fala de nossas crianças de nossos jovens quando dizem: eu tirei dez na prova, ou você me deu quatro no teste. Em ambos os casos há uma responsabilidade compartilhada e não polarizada tanto professor e aluno “tiram” dez quanto quatro no teste. Na verdade, é a relação entre eles que talvez mereça esta nota. Não é o conteúdo ou o aluno ou o professor e sim a relação que se estabelece entre professores, alunos e conhecimento. Se esta relação é profícua, merece a nota máxima.

Sei que vou assustar muitos de vocês e vou ouvir baixinho dizer que ela não sabe a minha realidade.... Não conhece meus alunos... Lembro-me do começo de minha fala onde eu dizia que venho de chão de sala de aula. Sei sim das dificuldades que professores enfrentam no cotidiano escolar: alunos que não querem nada, que estão ali apenas para cumprir uma obrigação, alunos agressivos, mal educados, carentes em todos os sentidos, mas minha função não é esta: **dar nota** para passar de ano. E sim **dar aula** para possibilitar que o aluno

se supere e ultrapasse o estado cruel em que está. Portanto assumo que notas baixas são reflexo da incapacidade dos professores de estabelecer uma relação sólida, expressiva, densa e afetiva com seus alunos. E repudio veementemente conteúdos esvaziados, facilitados, provas idiotas que são pro forma para manter a exclusão social. E isto é difícil de explicar em um país onde tudo passou a ser considerado “ponto” em prol da educação. Alunos carentes são avaliados pela sua miséria, alunos esfomeados, pela fome que passam, alunos trabalhadores, pelo cansaço que sentem nas aulas e assim, longa é a lista dos “coitados” que temos em sala.

Alunos que também trabalham, no serviço, em casa, na roça são os que mais precisariam de aulas bem estruturadas, com conteúdos apropriados, mas sem a falsa idéia que para eles tudo deva ser facilitado. É bem para os alunos do noturno, ou do EJA, de escolas periféricas aos centros urbanos que as aulas devem ser pra lá de super-hiper especiais. São eles que estão à margem de um processo, o da exclusão e, sem os conteúdos formais da escola bem compreendidos e apropriados, continuarão nela. Estes alunos, aliás, assim como todos os outros, não merecem apenas aulas especiais, avaliações coerentes com a prática, mas também docentes comprometidos com o fazer docente, e isto sei que temos não é à toa que vocês estão aqui. Existe comprometimento, existe responsabilidade em vocês, véspera de feriado estar me ouvindo até agora. Vamos pensar não em provas fáceis que idiotizam quem as resolve, mas verificações criativas durante todo o processo de apropriação do conhecimento. A questão não é ter pena dos alunos ou facilitar a avaliação, mas sim, cada vez mais, preparar melhor as aulas, os conteúdos, as estratégias e as dinâmicas de sala de aula. Tudo para prepara-los melhor para o que vem depois: o fim da escolarização básica deveria possibilitar um trabalho digno a quem terminou os estudos e queira/possa, ou não, continuar nos bancos escolares.

Em qualquer processo avaliativo é necessário separar o que é para ser avaliado e o que é para ser apenas aceito e compreendido. Como professor, posso entender o meu aluno cansado pelo trabalho na lavoura o dia inteiro, posso acolher a criança espancada pelos pais, posso amar crianças ou jovens que vêm de famílias desajustadas, posso ajudar jovens a conseguirem seus primeiros empregos, posso ser sensível a crianças e adultos em seu difícil desenvolver, mas não posso, de maneira nenhuma, dar nota por isso. A nota, tanto como medida ou julgamento, é espelho, ou melhor, reflexo do conhecimento que foi mediado pelo professor durante as aulas e assimilado ou não pelos alunos. É o conteúdo “passado” que deve ser avaliado e não a relação entre as pessoas na sala de aula. O que merece pontuação

é o saber, afinal é ele que vai ser o diferencial para os jovens participarem e vencerem na disputa profissional. Será sempre necessário verificar se ele foi eficazmente aprendido pelos alunos. A medida ou o juízo, devem ser postos em ação para os conteúdos, que são parte do currículo. É na mediação do conhecimento que devo mudar minha ação se ela não for considerada eficaz e não na avaliação que apenas é parte de um processo muito mais complexo.

A avaliação está diretamente ligada ao modo como são ministrados os conteúdos em sala de aula. De nada adianta modificar processos avaliativos se não se modifica a maneira de mediar o conhecimento. É por isso que se torna tão importante preparar melhor os docentes; não basta só a merenda, não basta só o saber compartilhado, não basta o ensinar articulado ao contexto, não basta apenas responsabilizar os professores pelo que se considera fracasso na educação. Para se ir além é necessário construir conjuntamente o conhecimento de forma que ele seja assimilado, associado e posto em ação, tanto faz se é para o trabalho ou para o vestibular. Para a efetiva possibilidade de realização de projetos pessoais associados a projetos coletivos. E esta articulação é o verdadeiro exercício da cidadania (MACHADO, 2000).

Penso que não discorri suficientemente sobre a questão política nem epistemológica, mas vou focar agora a questão técnica que me é muito cara. Quais são os instrumentos que posso utilizar para “avaliar” as ações docentes/discentes?

Há instrumentos de avaliação individual: prova oral, escrita (objetiva e/ou dissertativa), relatórios (parciais ou totais portfólios) e auto avaliações. Há os instrumentos coletivos: debates, seminários, painéis (pôsteres), trabalhos em grupo, provas elaboradas e/ou resolvidas em grupo. Entre estes dois “tipos” podemos incluir a observação das ações e o conselho de classe. Quais são os que efetivamente utilizamos em sala de aula? Neste período que estou nesta casa tenho feito esta pergunta para meus alunos de graduação e pós-graduação e invariavelmente a resposta é a mesma: provas e mais provas, seminários e trabalhos em grupo. Sendo que o trabalho em grupo e quando um aluno faz a capa, outro xeroca textos, outro monta o trabalho a ser apresentado, outro apresenta, e finalmente outro paga a xerox e a encadernação. Usando um pouco de Bloom (1973), nas provas escritas (orais às vezes) podemos pensar sempre em elaborar questões de enunciados claros, objetivos, curtos e/ou longos, questões de igual valor (não atribuir às questões de maior dificuldade valores maiores). Afinal de contas cobramos dos alunos nas provas aquilo que sabemos que eles não sabem. Exemplos.... não é necessário mencionar, todos lembramos...

Começar sempre com questões que sabemos que os alunos - se tiverem estudado um pouquinho, saberão resolver e não começar com questões de cara difíceis e longas. Desanima qualquer um... Organizar no instrumento questões de fácil, médio e difícil grau de

complexidade. Todas de mesmo valor, não é porque a questão é mais difícil que tem que valer mais. Não questões com resultados que dependem de questões anteriores, pois desta forma o aluno que erra uma questão, acaba errando todas as outras... Fica fácil de corrigir provas assim...

As questões de uma prova (seja ela oral ou escrita) podem ser apenas de seis tipos (BLOOM et al, 1973):

- a) (Re)conhecimento identifique, nomeie, assinale, complete as lacunas, relacione...
- b) Compreensão explique, descreva...
- c) Aplicação resolva, determine, calcule, aplique...
- d) Análise analise, explique...
- e) Síntese sintetize, generalize...
- f) Julgamento/avaliação justifique sua resposta, apresente argumentos a favor e/ou contra...

Uma prova bem elaborada, com questões “inteligentes”, esteticamente organizadas faz bem para o aluno e para o professor. É “gostosa” de ser resolvida. Uma prova com visual agradável, organizado, parece ser mais “fácil” de resolver. Pensem na situação inversa, recordem as provas que os alunos resolvem fazendo setas, recados (vire) e temos que corrigir sorrindo... impossível não dar preferência aos trabalhos dos alunos que conseguem se organizar no pensamento e na apresentação. Mas somos nós que temos de dar o exemplo antes de “cobrar” deles. O cuidado com a apresentação visual é tão importante quanto o conteúdo pois vivemos em um mundo coalhado de imagens, tantas imagens que provavelmente perdemos o controle sobre elas. Mais de 60% do que nossos alunos apreendem é via o universo imagético atual. Trinta por cento pelo sentido da audição e menos de 10% por outros meios, incluindo os diferentes materiais didáticos.

Então, já que estamos falando de avaliação, vamos fazer uma prova. Individual ou coletiva? Pelo número de professores presentes penso que deverá ser coletiva e oral. Concordam? Vejam que mesmo que vocês não concordem a autoridade, a decisão são minhas no caso do professor que compartilhou com seus alunos suas idéias e reflexões. Ok? Vamos começar, prova valendo nota preparem-se.

1ª questão. Do que estamos falando hoje? (fácil, média ou difícil?).

2ª questão. Avaliar é uma ciência, sim ou não? Justifique seu pensamento.

3ª questão. Qual é o nome desta ciência?

4ª questão. O que devemos “cobrar” em uma prova: o que acredito que o aluno sabe ou o que sei que não sabe?

5ª questão. Ao elaborar um instrumento de avaliação, além do conteúdo que é o principal de tudo, o que devo levar em conta quanto à apresentação? Por que?

Cinco questões valendo dois pontos cada uma, todas respondidas além do que esperava, merecem dez, ou cem, ou mil. Não importa a nota, o número ou a letra. Vale o que vai ficar do que tentei compartilhar com vocês. E o que vocês vão ampliar a partir daqui.

Kolody (2001) nos diz em um de seus belíssimos textos que “só Deus conhece nossa exata dimensão”. Que pretensão temos nós de “dar” notas, conceitos para nossos alunos, de maneira irresponsável até, sem assumir o compromisso de transformar o momento da avaliação em um real momento de aprendizado. O aluno deve desejar vir para a prova, ter vontade de manifestar por escrito ou oralmente o que aprendeu conosco, o que refletiu, o que absorveu, o que elaborou e reelaborou. E não ter medo do momento, da prova em si. De devolver o que tenho certeza a grande maioria de nós prepara com carinho para seus alunos.

A mudança é necessária para não recairmos nas velhas questões, já que é tão difícil determinar “a exata dimensão” de nossos alunos, sob o ponto de vista do conhecimento adquirido e interligado a um contexto maior que é a vida, talvez este processo de avaliar (apenas por provas finais escritas) não se manifeste de forma tão prioritária e indispensável como está sendo considerado nos dias de hoje. Obrigada!

REFERÊNCIAS

BLOOM, B. et al. **Taxionomia dos objetivos educacionais e Domínio Cognitivo**. Porto Alegre: Globo, 1973.

KOLODY, H. **Viagem no espelho**. Curitiba: Criar, 2001.

LEIF, J. e BRUNELLE, L. **O jogo pelo jogo: a atividade lúdica na educação de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

MACHADO, N. J. **Epistemologia e didática**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 292.

_____. **Educação: projetos e valores**. São Paulo: Escrituras, 2000.

TYLER, R. W. **Princípios Básicos de Currículo e Ensino**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1949.

